



Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 72ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Wilson Fortes, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jayme Rodrigues Carvalho (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Adalberto Daros, Fidelcino Tolentino, João Fadel, Lineu Turra, Nilso Sguarezi e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 18/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo alienar a área de Terras que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 11, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 78/76.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel,

Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jayme Rodrigues Carvalho, Aragão de Mattos Leão e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Adalberto Daros, Fidelcino Tolentino, João Fadel, Lineu Turra, Nilso Sguarezi e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o número 068/77 do Senhor Jair Alípio Costa, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari, comunicando que em reunião realizado naquele Legislativo, em 25 do mês próximo passado, foi dado entrada ao ofício número 77/77, da Sociedade São Vicente de Paulo em Mandaguari, no qual, são expressadas manifestações de repúdio ao Divórcio no Brasil. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar na ata da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ BAGGIO, ocorrido dia 09/05/77, segunda-feira, na cidade de Curitiba.

Outrossim, requer, após inserido nos Anais da Casa, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Diretor do Escritório Regional da RFFSA, criticando e solicitando informações sobre a tomada de medidas para supressão de trens mistos no Norte Pioneiro do Estado.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

QUE PAÍS É ESTE?

O Governo utiliza o alto custo dos derivados do petróleo e seu incontrolável consumo, como intragável desculpa para ocultar sua desacertada política econômica e social. Dispense enormes gastos em campanhas publicitárias visando a diminuição do emprego desses derivados. No entanto, a locomoção via férrea, a principal alternativa da qual o País poderia se valer para minimizar o uso de combustíveis e que deveria ser substan-

cialmente incentivada e subsidiada, tem no Paraná, seu principal desentusiasta.

O escritório regional da RFFSA, sediado em Curitiba, depois de suprimir alguns comboios no percurso Curitiba-Paranaguá, acaba de repetir a façanha no Norte Pioneiro, extinguindo os horários das 13,00 e 13,45 horas das linhas Ourinhos-Maringá e Maringá-Ourinhos, ocasionando sérios transtornos aos usuários.

Exijo imediata explicação por parte dos responsáveis da inconcebível medida, simplesmente incoerente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, o encaminhamento de expediente ao Sr. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GENERAL ERNESTO GEISEL, e ao MINISTRO DA JUSTIÇA, DOUTOR ARMANDO FALCÃO, manifestando a solidariedade desta Assembléia Legislativa à indicação do nome do DOUTOR SÍLVIO ROMERO STADLER DE SOUZA, para Ministro Classista do Superior Tribunal do Trabalho, apresentada pelo Conselho Nacional do Trabalho.

A nomeação do erudito homem da justiça, além de se constituir em reconhecimento aos seus notáveis méritos pessoais, virá atender justa aspiração paranaense em particular das atividades judicantes dos órgãos superiores da Nação.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Dr. Harry Amorim Costa, solicitando estudo no sentido de incluir o Município de Cascavel no Programa de Combate à Erosão, uma vez que o problema preocupa a administração municipal em seu perímetro urbano e suburbano e que se não forem tomadas medidas para, procurarmos eliminar ou diminuir o mal, ocorrerão grandes prejuízos para aquela cidade.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.

(a) Werner Wanderer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja reconstruída, com urgência, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a ponte sobre o Rio Suruquá, a fim de ser restabelecido o tráfego da antiga ligação entre Paranavaí a Tamboára, há alguns meses totalmente interrompido e com grandes prejuízos para os usuários daquela via pública.

Os que demandam às cidades de Tamboára, Paraíso do Norte, Rondon e outras da região Noroeste, partindo de Paranavaí, estão obrigados a uma volta superior a 10 quilômetros, desde que as águas levaram a ponte construída pelo D.E.R..

Com efeito, impõe-se a reconstrução da citada ponte, não somente por motivo de economia da gasolina, objetivo maior dos Governos Estadual e Federal, mas, também, para dar atendimento aos usuários habituais e inúmeros moradores que têm propriedades nas suas imediações.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.

(a) Waldenício Barbalho.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Número 51/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a "GUARDA MIRIM DE CAMPO MOURÃO", com sede na cidade de Campo Mourão;

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

A "GUARDA MIRIM DE CAMPO MOURÃO", é uma entidade fundada em 26/05/75, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal número 82, de 26/08/75.

É uma instituição com fins de preparar menores do sexo masculino para a vida profissional e moral, oferecendo-lhes aprendizagem em muitos aspectos, graciosamente.

Juntando os documentos que a lei exige, espero a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito da denúncia que ontem fizemos desta tribuna sobre e contra o atual Prefeito de Santo Antônio da Platina, caracterizando como perseguidor o infausto administrador do município, procederemos a leitura, hoje, de um artigo inserido no jornal "O Chicote", daquela cidade, sob o título: "O Mal é Perseguir", cujo jornal já antecipava, através deste artigo, os acontecimentos que ontem denunciávamos desta tribuna.

Diz o comentarista:

(Lê)

"Comenta-se na Pedra-Fria . . .)

A fim de esclarecer, Sr. Presidente, Pedra-Fria, na minha cidade, é um local onde se reúnem pescadores e jogadores dos fatos citadinos; é como se assim fosse a Boca-Maldita platinense; ali montam-se os tribunais de pré-julgamento e, quase sempre as notícias que por ali circulam antecedem os acontecimentos previstos.

(Prossegue a leitura:)

. . . e pelos quatro cantos da cidade que o Executivo Municipal pretende "tirar" o Dr. Jamidas, do Posto de Saúde.

Pode ser que sejam apenas comentários, mas . . . onde há fumaça existe fogo, e se realmente há fogo, podemos adiantar que foi muito infeliz o Prefeito acender a chama, pois nesta brincadeira (só pode ser) muitos poderão sair chamuscados, inclusive o Prefeito que foi eleito por voto de protesto e não por sua simpatia e isto ele mesmo reconhece, pois pessoalmente afirmou várias vezes que não esperava uma vitória nas proporções que alcançou.

Mas isso não importa, o que vem ao caso é que ele é Prefeito e vamos ver o que fará nos próximos 4 anos.

O que mais nos revolta são as perseguições. Que uma nova equipe de administração seja montada, estamos de pleno acordo, mas querer perseguir um homem que por anos vários vem dando tudo de si em prol de pessoas menos favorecidas pela sorte, que sacrifica sua família, e seu próprio bem estar para cumprir seu juramento de médico, que já foi Prefeito e é indubitavelmente um patrimônio da cidade, é antes de tudo uma covardia.

Não queremos com isto dizer que o Dr. Jamidas seja uma pessoa indefesa, que esteja implorando piedade, se bem que o Prefeito adoraria isto e não é por menos que tem o apelido de "pavão". Este apelido se deve, como todos sabem, ao orgulho e vaidade deste homem público. O pavão quando na

presença de outras aves, se arma todo para exibir a beleza de suas penas, mas tem uma grande mágoa, seus pés são muito feios e por mais que procure chamar a atenção com suas coloridas penas, o contranste de seus pés horríveis aparece.

Assim também é o "nosso pavão", imponente, orgulhoso, vaidoso, mas tem algo muito feio, é rancoroso e perseguidor.

Por que não vasculha os "erros" da administração anterior como prometeu, pois está com tudo na mão?

Onde estão os podres que iriam ser trazidos à tona?

O povo está esperando desde aquela vexatória e agressiva posse, ocasião em que "tomou" as chaves dos cofres da Prefeitura das mãos do tesoureiro para que fosse feita auditoria.

Achamos que o Prefeito preferiu mexer com o Dr. Jamidas que é homem idoso e poucas forças teria para resistir, do que enfrentar um moço economicamente forte, esclarecido nos misteres políticos e disposto a qualquer debate.

O que acontece é que muitos falam do ex-Prefeito na sua ausência, mas quando estão frente a frente, ninguém tem coragem de alegar qualquer coisa.

Tremem como crianças assustadas de medo do bico do Pavão.

E o povo está ansioso das verdades, onde elas estão?

Só estamos cobrando o que foi prometido.

Ninguém é obrigado a prometer, mas se promete deve cumprir.

Não queremos tumultuar a opinião pública a respeito dos atos do Executivo Municipal, nossa intenção é tornar público nosso protesto e prevenir as injustiças que poderão ser praticadas, pois com ato impensado pode trazer desastrosas consequências, principalmente morais.

Se realmente os comentários vierem a concretizar-se e se o Dr. Jamidas for exonerado, revoltará sem dúvida alguma, grande parte da população paranaense."

Dr. Jamidas - este médico extraordinário, este exercedor do sacerdócio da medicina por mais de 30 anos em minha cidade, na oportunidade em que precisava da mísera economia que o emprego lhe rendia, Cr\$ 4.800,00, foi vítima do Prefeito de minha cidade que tem o cognome de "Pavão Misterioso", melhor dizendo, o apelido de "Perseguidor.

Muito obrigado. — ("Sem revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, segundo orador inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós nos orgulhamos da mentalidade e prática hoje adotada pelo Governo do Estado, que, num trabalho profícuo, contínuo e integrado, está promovendo, em bases sólidas, o desenvolvimento do Paraná, cujos frutos, temos a certeza, nós os desfrutaremos a curto prazo.

Graças às constantes reivindicações que fizemos junto ao Governo do Estado em favor de Guaratuba, para que se desse àquele município condições turísticas à altura do nosso Estado, firmou-se, agora, entre a Prefeitura Municipal, através de seu Prefeito, Sr. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e a Secretaria de Estado da Administração, dinamizada pelo seu Secretário Dr. João Elizio Ferraz de Campos, convênio visando a transformação daquela cidade balneária, em um dos mais destacados pontos turísticos de nosso Estado.

A relevância do trabalho, destaque-se, reside na sua preconcebida diversificação, atacando-se todos os problemas prioritários do nosso Estado, não desprezando as necessidades prementes dos nossos municípios, em todos os cantos do território paranaense.

Salienta-se desse trabalho, o nobre escopo de ser conseguida a unidade paranaense, convergindo todos os seus habitantes numa campanha de consagração e exaltação de nosso Estado, colocando-o em destaque merecido dentro do cenário nacional, pela sua verdadeira importância.

A administração estadual tem convergido sua atenção

a todos os nossos problemas de base, atacando-os com vontade incomum, para dar-lhes as soluções adequadas e necessárias à consolidação de metas básicas do nosso desenvolvimento.

Agora, nos rejubilaremos pela iniciativa do Governo em dotar a cidade de Guaratuba com melhoramentos compatíveis com a envergadura da sua importância no plano turístico, qual seja, o de um calçadão abrangendo uma extensa e importante área da sua praia, ou melhor, entre a praia do Cristo e o prédio do Prosdócimo.

Esse melhoramento trará benefícios incalculáveis para a nossa melhor praia e, o que é mais importante, permitirá um desenvolvimento seguro do turismo do Paraná e evitará a evasão de divisas para fora do Estado.

A convergência dos turistas paranaenses para esta nossa praia, será inevitável.

Eles deixarão de frequentar as demais praias situadas em Estados vizinhos, especialmente as de Santa Catarina.

Essa obra consagrará, como outras já concluídas e em execução, em outros setores no âmbito estadual e municipal, a atual administração estadual, na pessoa de seu ilustre Governador Jayme Canet Júnior. — ("Sem revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, terceiro orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há algumas semanas, ocupei esta tribuna para enfocar um problema que aflige os moradores das proximidades de uma indústria localizada em Curitiba, a Siderúrgica Guaiara.

Na ocasião, esta Casa, aprovou um requerimento que teve por escopo o encaminhamento de expedientes ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social e ao Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando urgentes providências no sentido de ser protegida a saúde das pessoas que vivem e trabalham naquela região.

O ilustre médico, Dr. Arnaldo Busato e o dinâmico Prefeito de Curitiba, engenheiro Saul Raiz, prontamente determinaram diligências visando encontrar uma solução prática e urgente.

Tomamos conhecimento, que houve um encontro entre o Presidente do complexo Gerdau com o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba.

Na oportunidade o dirigente empresarial se comprometeu a instalar no mais curto espaço de tempo possível um eficiente filtro anti-poluidor, sob orientação da Administração dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná,

Disse também o Sr. Jorge Gerdau Johannpcker que a empresa pretende se instalar brevemente numa região mais adequada ao desenvolvimento das suas atividades produtivas, sem criar problemas a proprietários vizinhos.

Por isso, Sr. Presidente, transmito nesta oportunidade a satisfação do povo que será atendido em suas justas reivindicações ao tempo em que, como Parlamentar e Membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente dessa Assembléia Legislativa, preocupado com o problema manifesto a esperança de que, logo, desta tribuna, possa trazer a demonstração de júbilo pela concretização das necessárias medidas recém anunciadas.

Era só, Sr. Presidente — ("Com revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quarto orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos atentamente a explanação do ínclito, dinâmico e combativo Deputado Lúcio Machado.

Deveríamos trazer aqui, nesta Assembléia, coisas que concernem ao nosso município.

Mas S. Exa. o ilustre Deputado do Norte Pioneiro, representando muito bem a bancada da Oposição, fez uma explanação que se refere a perseguição ao médico ilustre que é o Dr. Jamidas Antunes; um médico que desde os idos de 43, 44, foi para o Norte Pioneiro e lá dedicando todo o seu trabalho, dedicando todo o seu serviço com amor ao seu cargo e com

amor ao povo, um homem humilde, humilde mas honesto; um homem humilde, trabalhador, que não tem feito outra coisa a não ser olhar, como disse o Deputado Lúcio Machado, olhar pelas Classes menos favorecidas.

O Dr. Jamidas em sua primeira estada na pequenina cidade de Quatiguá, onde conhecemos aquele ilustre médico, dedicado, aquele médico humilde, aquele médico honesto, aquele médico que tem dado de si em prol das comunidades do Norte Pioneiro.

Aquele médico que adentra à casa dos humildes, sem saber se vai receber, sem saber se vai ser pago, mas que vai, sabendo que vai ser pago por Deus.

E, neste instante, quando mais uma vez o Deputado Lúcio Machado assume a tribuna para defender, para abrir os olhos de nosso povo, então temos que estar inteiramente e devotados a favor daquele médico, Dr. Jamidas.

Não sabemos a ameaça que paira sobre aquele médico, sobre aquela figura humana, sobre aquela figura que tudo tem feito pelo seu povo, na cidade de Santo Antônio da Platina, na cidade jóia, a cidade de maior projeção do Norte Pioneiro.

Então, neste instante também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, confiando plenamente, confiando friamente em S. Exa. o Sr. Secretário da Educação, que não há de mexer com aquele médico, e que as ameaças de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal não de ficar por lá mesmo, porque não podemos compreender, não podemos admitir, que um médico do gabarito do Dr. Jamidas Antunes seja ameaçado por políticas que não condizem e não coadunam com o sistema político dos governantes da Arena.

Temos plena confiança em S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Temos plena confiança em S. Exa. o Sr. Secretário de Educação, que não há de deixar seja esbulhado ou embrulhado, por aquele Prefeito que persegue, por aquele Prefeito que só bajula seus títeres, por aquele Prefeito que a exemplo de Hitler, só quer pisar e pisotear sobre os que estão a seu comando.

O Prefeito de Santo Antônio da Platina, que não misture pitanga com gabioba; que não misture alhos com bugalhos, porque nós estamos aqui e estaremos atento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para defender os honestos, os justos, como o Dr. Alcício, pertença, eles à Arena ou ao MDB, os cumpridores de seus deveres.

Porque o Dr. Alcício mora em Santo Antônio da Platina há mais de 25 anos; e também Dr. Jamidas, mora em Santo Antônio da Platina há mais de 26 anos.

E não há de ser um Prefeito que há de se espantar agora, com o voo do pavão.

Não há de ser ele que há de servir de espantalho para os homens honestos.

Viremos aqui novamente, desta tribuna, para estarmos solidários com o Deputado Lúcio Machado, para que não se faça injustiça e para que a justiça continue pairando, porque o dever da Arena, a meta da Arena, a obrigação dos homens da Arena é fazer justiça a seu povo, principalmente a seus homens e principalmente ao povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (“Sem revisão do orador”).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Augustinho Vecchi, DD. Sr. Prefeito Municipal de Campo Mourão.

Bem, assim registra, com satisfação, a presença do Vereador Ernesto Francisco Pilati, DD. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.

Registra igualmente com satisfação, a presença do professor Carlos Maes, DD. Diretor da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais, apenas os jornais, têm noticiado as manifestações dos estudantes brasileiros em várias de nossas cidades — São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Campinas, São Carlos, Recife, Porto Alegre.

Manifestaram-se, fazem assembléias, discutem, reivindicam em todos os cantos deste País, sem que haja uma entidade a coordená-los nacionalmente.

Fazem sem que haja um concerto prévio, como se, de repente, depois de muitos anos, os estudantes, os universitários brasileiros tivessem entendido e julgado que chegou a hora de dizer que não podem continuar silenciosos e amordaçados por todo o tempo.

E o mais interessante, Sr. Presidente, é que nas suas manifestações os estudantes brasileiros estão recebendo a solidariedade geral.

Ainda há poucos dias os jornais noticiavam que quando da famosa passeata pelo Largo São Francisco, em São Paulo, os populares, as pessoas dos escritórios e apartamentos, aplaudiam, jogavam flores e papel picado nos jovens que diziam presente naquele instante de luta.

Ainda agora, também os estudantes do Paraná dizem presente.

Inicialmente a manifestação surgiu diante da prisão arbitrária e ilegal de alguns estudantes lá em Santo André, em São Paulo, quando se manifestavam pacificamente.

Mas a repressão se estendeu, e, no Paraná, temos estudantes presos, de forma arbitrária, por órgãos de segurança.

Ainda há pouco fomos informados de que uma Comissão de estudantes terá entrevista agora às 15 horas com o Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná para que ele providencie a soltura de onze estudantes presos.

As famílias estão desesperadas e procuram pela cidade onde se encontram seus filhos.

E os órgãos de Segurança não respondeu. O Senhor Secretário de Segurança Pública teria prometido para ainda hoje à tarde um esclarecimento.

Não sei o que poderá esclarecer, mas a verdade é que cerca de onze estudantes foram violentamente privados dos seus direitos de locomoção, de forma injusta, ilegal e arbitrária.

Ainda há poucos instantes um casal de jovens estudantes me procurou e, lutando solidariamente em defesa dos direitos de seus colegas, trazia ao meu conhecimento, e quero transmitir à Casa, os nomes de alguns dos estudantes do Paraná que foram presos ontem, por volta das 2,30 horas.

Eles não podem permanecer incomunicáveis. Os órgãos de Segurança e o Governo do Paraná devem uma explicação à comunidade, aos estudantes, à Universidade e às famílias desses estudantes, garantindo a segurança de cada um, a sua liberdade e a sua integridade física.

Leio, Sr. Presidente, alguns desses nomes: os dos estudantes José Buffo Filho, Ivo Augusto Pugmanoli, Ana Cláudia Müller, Ana Carolina Müller, Norberto Petri, Cláudio Fajardo, Geraldo Polla e Josilo Soares.

Outros existem, mas os nomes são ignorados.

Enquanto surgem essas manifestações, vem o Sr. Ministro da Educação e Cultura e emite uma nota oficial.

Diz o Sr. Ministro, em sua nota oficial, o seguinte:

“A imensa maioria de nossos universitários está voltada para o estudo e integrada no esforço que todos idealizamos em benefício do povo brasileiro.

Uma enérgica minoria de estudante, aliciada por elementos sem compromisso com os interesses maiores da Nação brasileira, estranhos à Universidade, pretende perturbar a tranquilidade interna”.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me, não só me parece, aqui se evidencia, a desconsideração, o desrespeito do Sr. Ministro da Educação para com os universitários brasileiros, a crer que não têm idéias, a crer que não sabem o que querem, a crer que são simples massas de manobra, que não são homens, que não são cidadãos e têm ideais, que têm certeza e segurança de seus direitos e que sabem o que querem.

Talvez pretendesse o Sr. Ministro da Educação que os estudantes brasileiros seguissem o seu exemplo.

Talvez pretendesse o Sr. Ministro da Educação que os estudantes brasileiros seguissem o seu exemplo.

Talvez pretendesse o Sr. Ministro da Educação que os estudantes seguissem o caminho que ele quer que eles sigam, sob a alegação de que o estudante brasileiro não sabe o que quer, não sabe para onde vai.

Acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o estudante brasileiro poderia dizer ao Sr. Ministro da Educação: "não sei por onde vou, não sei para onde vou, sei que não vou por aí."

Porque, para onde quer o Ministro da Educação, que os estudantes vão, não será o bom caminho.

Não será o bom caminho, porque está demonstrado que este governo, este sistema, só tem desconsiderado e prejudicado, abandonado e relegado o problema educacional brasileiro.

E quando os estudantes protestam, reagem, reivindicam e lutam, não protestam, não reagem, não reivindicam e não lutam pura e exclusivamente por uma questão momentânea.

Mas, lutam, reagem e defendem uma universidade realmente democrática.

Lutam e defendem os seus direitos, lutam e defendem o estado de direito neste País, lutam e defendem a segurança da sociedade.

Não sei porque, e não posso entender porque esse temor do sistema para com os jovens, para com a rebeldia dos jovens brasileiros.

Seria oportuno que os governantes deste País lessem, ouvissem e seguissem o exemplo de um conselho sábio, de um homem que foi sábio, que foi Robert Kennedy.

Disse Robert Kennedy, um dia, referindo-se aos estudantes americanos: "As sociedades que têm confiança nelas próprias, em sua sabedoria e determinação, não se afligem com a rebeldia dos jovens".

Quando se afligem com a rebeldia dos jovens é porque não se tem segurança no que se quer; é porque não se tem segurança nos seus propósitos, é porque têm temor do pensamento jovem, temor dos ideais do jovem,

E aí daqueles governos, e aí daquelas sociedades que temem a juventude, porque eles querem manter a situação permanentemente estagnada, sem avanço, sem progresso e sem evolução.

Por que lutam os estudantes?

Por que se manifestam os estudantes?

Lutam e se manifestam nesta hora na defesa dos seus colegas injustamente presos.

Mas lutam e se manifestam também, nesta hora, contra o descaso com que as últimas administrações tratam o ensino neste País.

Reduzem-se as verbas da educação ano a ano. Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam as dotações orçamentárias da União para a educação nos últimos anos.

Vejam como estas dotações têm decrescido.

De 11,7 por cento em 65, passou a 9,7 por cento em 66.

8,71 por cento em 1967.

6,32 por cento em 1968.

7,75 por cento, em 1969.

7,33 por cento, em 1970.

6,25 por cento em 1971.

5,35 por cento, em 1972.

4,38 por cento, em 1973.

5,2 por cento em 1974.

4,7 por cento, em 1975 e 4 por cento em 1976.

Ensino, educação, neste País passou a ser mercadoria.

Passou a ser comércio. Pois não é que a Constituição que aí está mas que ninguém respeita, porque o primeiro que deve respeitar é o próprio Governante, mas, mesmo assim, esta Constituição que eles outorgaram, retrata o espírito e até o preconceito deste Governo com relação ao estudante.

Com relação ao ensino.

Esta Constituição diz que não só o ensino universitário mas também o ensino médio terá que ser pago neste País.

Artigo 176, Inciso 4 da atual Constituição de 1969:

"O Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos mediante restauração que a Lei regulará".

Bolsas de estudo. Acabou-se na verdade com o ensino gratuito neste País, como se fôssemos de um País de ricos. Como se 80 por cento da nossa população não dependessem de salários e de salários mínguados, sem condições, portanto, de pagar prestações e mensalidades incriveis nos cursos superiores.

Enquanto o salário mínimo era até há poucos dias de 712 cruzeiros, no Paraná, muitas universidades cobravam mensalidades de 800, 900 e até mil cruzeiros por mês. É de se perguntar que trabalhador, que assalariado, terá condições de manter o seu filho numa universidade pagando prestações desta ordem?

Acabou-se, na verdade, o ensino gratuito. Apenas algumas universidades federais mantêm gratuidade do ensino. No mais, não.

Incentivou-se a proliferação de faculdades particulares. E eu vi, sou testemunha e todos os Deputados desta Casa também podem dar exemplos e testemunhar o fato de verdadeiras agonias, sofrimentos e amarguras de famílias, de pais, de mães e de jovens que suplicam uma bolsa de estudos porque conseguiram, com muito esforço, e com muito custo, passar no exame vestibular e não têm condições de permanecer na universidade dado o altíssimo valor das suas mensalidades.

Ainda no começo deste ano o Conselho Federal de Educação autorizou um aumento na anuidade escolar de 35 por cento. Há poucos dias, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico e resolveu estabelecer um limite de aumento para os serviços públicos e este limite foi de 25 por cento. Não seria o caso, portanto, de na mesma hora e por uma questão de justiça, determinar às universidades e às escolas superiores que passaram a cobrar mensalidades com o aumento de 35 por cento num serviço que é público, de reduzirem as mensalidades na mesma proporção?

E até de devolverem o que cobram a mais dos estudantes?

Bolsa de estudo. Entendo que, num País como o Brasil, em que a maioria é pobre, a regra não pode ser o ensino pago, mas, a regra há de ser o ensino gratuito; a exceção, o ensino pago. Inverteu-se aqui: aqui, a regra é o ensino pago e a exceção é a bolsa de estudo mas que não tem para todo mundo, como não há lugar nas universidades para todos aqueles que querem estudar. Da mesma forma com que abandonam as universidades, inventam o famoso crédito educativo, como se fosse solucionar o problema do estudante brasileiro, quando a verdadeira solução está no ensino gratuito!

Pode se dispendir milhões e milhões de cruzeiros com empresas falidas como a Lutfalla, mas não são dedicadas verbas suficientes ao ensino, às universidades, à preparação de professores e de laboratórios nas nossas escolas.

G Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Osvaldo Macedo, assiste inteira razão a V. Exa., quando vem a esta tribuna defender, como defendeu na primeira parte do discurso de V. Exa., a integridade

física do estudante paranaense. Como V. Exa. no desenvolvimento de seu magnífico discurso entrou para a parte econômica do problema educacional, gostaria de voltar, me permitiria voltar um pouquinho atrás...

O SR. OSVALDO MACEDO — E eu voltarei também, Deputado.

O Sr. Muggiati Filho — Obrigado.

Gostaria então de voltar, para acentuar em relação ao protesto que V. Exa. registra nos Anais desta Casa, e que eu tenho certeza, é o protesto do povo paranaense contra a injustiça cometida e praticada violentamente com relação ao nosso estudante.

Veja V. Exa., era este ponto que eu gostaria de registrar. Principalmente este ponto: veja V. Exa., que, estranhamente até, porque temos acompanhado em sua trajetória em nosso Estado, a conduta do Sr. Secretário de Segurança Pública, temos participado até de reuniões nesta Casa com a presença de Sua Excelência, e não achamos justificativa que possa formular hipótese, não conseguimos formular uma hipótese digo melhor, para justificar a conduta policial desta noite, porque ela excedeu a própria nota do Ministro da Justiça.

Não vamos discutir da jurisdição da nota do Sr. Ministro da Justiça, mas veja V. Exa., nobre Deputado, que, hoje, somente hoje os jornais publicaram a nota do Ministro da Justiça, que, não proíbe reunião em recinto fechado, do estudante. E eu estou informado, adianto a V. Exa. e presto o meu depoimento a V. Exa., de que os estudantes paranaenses se encontravam reunidos na sede do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, e, ao saírem desta reunião, sem que houvesse qualquer manifestação pública, foram presos; ao que me informaram, o número é até maior do que o citado por V. Exa.

A nota distribuída à imprensa diz claramente, Deputado Osvaldo Macedo:

“Ficam contidas passeatas, concentrações e protestos em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias etc. etc. etc.

Ao que me consta, Srs. Deputados, os estudantes estavam reunidos na sede de seu diretório e, ao deixarem a sede de seus diretórios, sem que pudesse incidir nesta nota que ainda não havia sido divulgada pela imprensa. Portanto, é de se acreditar que nenhum daqueles tivessem conhecimento deste último ato do Governo em relação aos estudantes, receberam, ou melhor, receberam a ordem que os cerceou em sua liberdade.

Portanto, desejo prestar meu depoimento e corroborar o protesto de V. Exa., porque tenho certeza que dentro da própria Universidade, o fato teve repercussão, a mais negativa possível.

Hoje, há professor em nossa Universidade que tem seu nome fichado no DOPS, única e exclusivamente e, aí, V. Exa. e a Casa e o povo do Paraná vê o quilate das informações que servem de base à ação da segurança, há professores, ou há professor, digo melhor, com seu nome fichado na DOPS, exclusivamente, por que distribui aos alunos o material de suas aulas e livros didáticos.

Por isso, congratulo-me com V. Exa., certo que estou, interpretando, hoje, o sentimento do povo paranaense, V. Exa. registra a expressão maiúscula desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço as palavras generosas e o testemunho sério do Deputado Muggiati Filho. Mas continuo para dizer, que quando analisávamos a questão econômica do ensino, nós o fazíamos para mostrar que o descontentamento do estudante brasileiro, é com o nível de ensino que lhe é ministrado. A Universidade deixou de ser Universidade; ainda os jornais diziam que o grande sonho do Ministro da Educação era ver todos os estudantes estudando. Realmente, é o sonho de todo País; mas, para que todos os estudantes estudem, é preciso que hajam condições não só para os que

estão estudando, mas também para aqueles que ainda não tiveram oportunidade de entrar numa Universidade ou até de frequentar o ginásio.

Assim é o descaso deste Governo com relação ao ensino; que nem a Lei da Reforma do Ensino até hoje foi aplicada! Quantos e quantos distritos rurais, quantas e quantas cidades não tiveram ainda aplicada a Reforma do Ensino e não podem ter nem ginásio para que aqueles que concluem o curso primário prossigam nos estudos?

Mas, é apenas um exemplo da maneira e da visão que os detentores do poder neste País têm para com o problema educacional.

Quero chamar a atenção para um outro detalhe: É que transformaram, num estado policial, a Universidade também numa repartição policial. Até me lembrava que antes de 30, Washington Luiz dizia que a “questão social era uma questão de polícia”.

Hoje, no Brasil de hoje, a questão educacional é que é uma questão de polícia para este Governo!

Pois é assim, criando órgãos de repressão nos meios universitários, criando assessorias de informações e de segurança, criando até polícias especiais para reprimir estudantes, como se o estudante fosse um delinqüente.

Há aquele famoso argumento de que o estudante deve estudar e de que o estudante deve apenas estudar. Acontece que uma Universidade não é uma torre de marfim; uma Universidade não é um compartimento estanque dissociado da sociedade. Ela está incluída na sociedade e tem que retratar e refletir o ambiente em que vive. Não se pode, portanto, com base em órgãos de repressão, com base em instrumentos de repressão, com base em instrumentos de exceção com o AI-5 e como o 477, pretender impedir o estudante de pensar, de especular livremente, porque é esta a função da Universidade, é promover o livre e amplo debate e a livre e a ampla especulação intelectual.

Não há Universidade separada da sociedade. E o estudante não deve apenas estudar. O estudante deve estudar, mas deve também participar politicamente em todos os sentidos e sobretudo dentro da Universidade. Porque é na Universidade que é o local do debate; é na Universidade que é o local do aprendizado; é na Universidade que se moldam e que se preparam os homens para o futuro deste País.

Mas há uma verdadeira desconfiança para com o estudante. Ainda agora, há poucos dias, na cidade de Londrina, os estudantes lançaram uma edição especial do seu jornal “Poeira”, para denunciar uma política de repressão ali criada: (Lê) : “SUAT invade sala de aula e ameaça estudantes”, é o título da edição extra do jornal dos universitários londrinenses.

Lerei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a parte inicial e uma outra, a seguir, porque tendo em vista a exigüidade do tempo não teremos condições de dar conhecimento à Casa da íntegra desta denúncia.

(Lê): “Na última terça-feira, três agentes da polícia especial da Universidade Estadual de Londrina invadiram uma sala de aula, no Centro de Ciências Exatas e fizeram graves ameaças contra os estudantes do primeiro período de Engenharia, que lá se encontravam. Os policiais, irritados com dois estudantes que os havia qualificado como agentes da SUAT, chegam a dizer que vão “dar um tiro na cara” do próximo estudante que fizer alguma “molecagem”.

O fato provocou profunda indignação, não só entre os estudantes daquela classe, que reagiram prontamente contra a atitude da polícia da Universidade, como entre todos os estudantes que hoje lutam por uma universidade democrática, onde a repressão não deve ter lugar”.

E adiante, justificam mais os universitários londrinenses. Justificam, esclarecem e informam sobre os fatos. (Lê): “No início do ano, havia cerca de 20 soldados. Mas hoje devem estar em torno de 60 (que era a meta a ser atingida num curto prazo

pela AESI). Segundo os guardas, eles recebem três tipos de treinamentos: para apagar incêndios, controlar o trânsito e enfrentar manifestações de grupos (tropas de choque). Brevemente eles terão uma Delegacia Central, no Centro de Vivência (junto à Cantina, onde funciona a DISASS).

Todos estes homens foram treinados durante meses e continuam sendo treinados. Todos eles recebem salários. Todos eles recebem uniformes, botas, cinturões, cassetetes. (Os revólveres já estão sendo adquiridos e registrados). O arame farpado e os piquetes de concreto também não caem do céu, custam dinheiro. Os vários agentes da AESI também recebem salários.

Nós perguntamos: quem paga tudo isto? A Universidade emprega grandes somas para sustentar toda esta estrutura repressiva, deixando, porém, de atender às reivindicações dos estudantes, sob a alegação de falta de recursos.

Em alguns centros não há professores suficientes, obrigando os que existem a lecionar até seis disciplinas”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo reservado para o Grande Expediente se esgotou. Todavia consulta a liderança do MDB se concede a V. Exa. os 15 minutos regimentais do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, esta Liderança concede ao Deputado Osvaldo Macedo, que ocupa a tribuna, 5 minutos destinados à Liderança do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência acrescenta aos 5 minutos da Liderança, mais um minuto para que V. Exa., em 6 minutos conclua seu discurso.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço a gentileza desta Presidência e do meu nobre Líder.

“... Faltam laboratórios para o aperfeiçoamento dos estudantes. E nos laboratórios que existem faltam materiais básicos, como tubos de ensaio. Nos últimos períodos de Odonto, os próprios alunos são obrigados a pagar o material que utilizam nas aulas práticas, pois a Universidade alega falta de verbas.

Os estudantes de Psicologia não têm até hoje a sua clínica; os estudantes de Jornalismo não têm jornal-laboratório. O laboratório de Bioquímica do Hospital Universitário não tem material suficiente nem para os exames de rotina. No centro de Tecnologia, a biblioteca é deficiente. Os estudantes de Biblioteconomia não têm biblioteca-laboratório etc. etc. etc. Não há verbas suficientes. Como então há dinheiro para financiar todo este aparato repressivo inteiramente dispensável para a nossa formação profissional?”

A denúncia é longa; cheia de detalhes. Veio a Universidade e contestou formalmente, porque não entrou no mérito e não desmentiu as denúncias. E ainda hoje o jornal “A Folha de Londrina” publica nota dos estudantes, reafirmando e confirmando o que haviam dito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há uma insegurança geral neste País. Há uma insegurança de cada cidadão; há uma insegurança dos estudantes; há uma insegurança dos empresários; há uma insegurança dos funcionários públicos; há insegurança total e absoluta dos trabalhadores. Mas, Sr. Presidente, há uma insegurança maior deste Governo. E porque teme e porque sabe que já não merece a confiança da maioria da Nação, ele repete, ele acossa, ele persegue.

Poderão perguntar os homens do Governo o que querem os estudantes, porque fazem assim os estudantes, e eu gostaria Sr. Presidente, Srs. Deputados, de dizer aqui um episódio contado por Robert Kennedy e que teria sido dito por um estudante da Universidade da Califórnia ainda na década passada.

Disse aquele estudante no Conselho Universitário da Universidade da Califórnia: “Pedimos para ser ouvidos, os senhores recusaram. Pedimos justiça, chamaram de anarquia. Pedimos liberdade, chamaram de libertinagem. Em vez de enfrentarem o medo e a desesperança que geraram, preferiram dar-lhe rótulo de comunizante.

Acusaram-nos de não termos utilizado as vias legítimas. Mas foram os senhores e não nós que fecharam essas vias. Os Senhores e não nós que edificaram uma universidade baseada na desconfiança e na desonestidade”.

Universidade baseada na desconfiança e na desonestidade, foi o que estes homens construíram. E não podem hoje pretender dar lições, nem conselhos, nem formular pedidos aos universitários para que os sigam, para que os ouçam, para que os compreendam. Porque foram eles que impuseram ou que determinaram que em todo o curso haveria uma cadeira de Educação Moral e Cívica, como disciplina e como prática educativa.

E esta lei, que é de 1971, diz que é instituída em todos os sistemas de ensino, em caráter obrigatório, como disciplina — e como prática educativa a Educação Moral e Cívica, visando a formação do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o exercício da cidadania democrática.

E diz também que a Educação Moral e Cívica tem como finalidade a defesa do princípio democrático.

Isto foi o que mandaram, que determinaram que se ensinasse nas Universidades. Só que escolheram a dedo os professores que devem ensinar, mas só que não praticam.

Os governantes não servem de exemplo à juventude deste País, quando não seguem os princípios democráticos, quando os desrespeitam, quando trapaceiam, quando negam os valores mais legítimos do futuro deste País. E são os jovens maioria esmagadora de nosso País. Quase 70 por cento.

Ainda há poucos dias, quando visitava Belo Horizonte, o ex-Ministro das Relações Exteriores, ex-Senador, historiador e intelectual Afonso Arinos foi perguntado por jovens repórteres sobre o que achava do futuro.

Ele respondeu que era generosidade demais perguntar a um homem de 70 anos sobre o futuro. Gostaria que os governantes do País, que querem moldar o futuro de nossa juventude, seguissem o exemplo de sabedoria e humildade de um homem de 70 anos, como é Afonso Arinos. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao líder do MDB, Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quer nos parecer que os responsáveis pelo Governo deste País têm tentado diabolicamente, durante o correr de longos anos, levar este País à radicalização. E a provar este entendimento, esta Nação tem assistido a conduta radicalizante dos homens responsáveis pelos destinos deste País, intenção que teve de atingir primeiramente a classe política, porque a cada instante periclitava e treme a estrutura política deste Governo.

E assistimos estarecidos a uma enxurrada de éditos, elaborados por constituintes solitários, ainda no negro 01 de abril e, a pretexto da reforma do Judiciário, fechou-se o Congresso Nacional, nos parecendo que essa medida fosse para que a Nação reagisse à altura, mas ela não o fez. E após o famoso “pacote”, do que o sistema pretendeu chamar de reformas, mas que a Nação brasileira recebeu como remendos. E agora o estudante brasileiro que é levado a se manifestar. Primeiro em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Sergipe e Pernambuco, e agora no Paraná. Estudantes protestam. E protestam legitimamente, Sr. Presidente.

Protestam legitimamente porque viram colegas seus serem presos arbitrariamente, ilegítimamente, em nome de quê? Em nome da ordem, da liberdade, da democracia que não existe neste País?

Isto chegou ao Paraná. E é necessário que a Casa política do povo paranaense se manifeste contra essa arbitrariedade que se pretende cometer em nome da liberdade e da ordem.

Não entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como podem as autoridades, usando este subterfúgio de defender a ordem e a tranquilidade nacionais, prender estudantes, invadindo universidades, roubando do cidadão os direitos que a Lei lhes assegura.

Desordem não está promovendo o estudante. Desordem está promovendo a autoridade que age ilegalmente.

E que este protesto da Casa política do Paraná seja feito através de seus membros e da tribuna para que não aleguem que estamos agindo e sendo subversivos ao defender a ordem, a tranquilidade e a lei.

Subversivo é aquele que subverte a ordem, que desrespeita a lei.

E o estudante brasileiro não está desrespeitando, não é o Deputado que protesta da tribuna que está desrespeitando a ordem.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as autoridades responsáveis pela segurança deste Estado dê as satisfações necessárias à comunidade, às famílias dos estudantes, que a dê ao Poder Legislativo.

E, é com essa intenção que encaminhamos à Mesa o seguinte requerimento: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, tendo em vista a eminência de lesão irreparável à integridade física e dos Direitos Individuais:

- 1 — Se houve prisões de estudantes do Paraná, nas últimas 24 horas;
- 2 — Em caso afirmativo, quais as razões que justificaram tais prisões;
- 3 — O nome dos estudantes presos, e à disposição de que autoridade se encontram detidos.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.”

Gostaria, ilustres Deputados, de solicitar de V. Exa. o acatamento a este requerimento para que o Estado do Paraná tenha conhecimento oficial das prisões que temos notícias e que aconteceram no Paraná.

O nome dos estudantes presos e quais as razões que justificaram as prisões.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Pretenderia, nesta oportunidade, fazer uma proposta a V. Exa. para a solução deste impasse.

Na qualidade de Líder da Arena, assumiria o compromisso com esta Casa de que traria as informações que V. Exa. pede, no tempo mais exíguo possível, e que V. Exa. mediante a minha palavra, dispensasse a apresentação de tal requerimento, porque é possível que, em 24 horas, não tenha o Governo condições de dar todas as informações.

Mas, em 48 horas, no máximo, V. Exa. disporia de todas as informações.

Parece-me uma proposta razoável. Evidentemente que o Partido e o Governo não têm nenhum interesse em omitir as informações que V. Exa., tão zelosamente, pede à Casa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, eu pretendia, ao findar o meu pronunciamento, solicitar da Presidência do Poder Legislativo do Paraná, que designasse Comissão de Deputados, para que levassem em mãos, ainda hoje, ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, este pedido de informações, se aprovado pelo Plenário, e se a Presidência acatasse a sugestão que vou fazer.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Faço a proposta, nobre Deputado, porque, evidentemente, não teria o assentimento de meu Partido qualquer ato ilegal do Sr. Secretário de Segurança, se porventura ocorreu.

Se puder prestar as informações amanhã, eu as

prestarei. Se não puder amanhã, já disse, no prazo mais exíguo possível. E esta comissão que V. Exa. propõe, se por um lado pode ser aceitável, por outro lado, me parece desnecessário em razão de já haver assumido compromisso nesta Casa de que todas as informações que V. Exa. pede, serão dadas no prazo mais curto possível.

Parece que uma Comissão, nestas condições, perderia a sua eficácia.

Este é o meu entendimento, nobre Deputado. O SR. TRAJANO BASTOS — Ilustre Líder, esta Liderança não poderia furtar-se à solicitação que V. Exa. me faz. Concordo em modificar o prazo solicitado para 48 horas na certeza que V. Exa., Deputado Luiz Roberto Soares, não esperará que este prazo se decorra.

Tenho certeza que V. Exa. amanhã dará conhecimento à Casa das informações solicitadas por este Deputado.

Concordo com V. Exa. em que o requerimento seja adiado, solicitando a resposta dentro de 48 horas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante da solicitação que me faz o ilustre Líder da Aliança Renovadora Nacional, deixo sem efeito então, a sugestão que faria a V. Exa. no sentido de que o ofício fosse encaminhado através da Comissão de Deputados.

Mas, o que é preciso, Srs. Deputados, Sr. Presidente, é que este Poder seja informado, que a opinião pública seja informada, porque não é mais possível continuar este estado de coisas.

Amanhã ou depois, a continuar como está, no ritmo galopante de arbitrariedades que se sucedem neste País, não estaremos livres, os parlamentares do Estado do Paraná que amanhã ou depois poderão ver as suas casas invadidas por forças policiais.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de encerrar as minhas palavras repetindo o que disse o Senador Paulo Brossard em seu pronunciamento, ontem, no Senado da República: “É hora de mudar”

Muito obrigado.— (“Sem revisão do orador”). O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta o Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, se deseja ocupar o espaço que regimentalmente está destinado ao seu Partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A Liderança declina, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 14/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO — GERMÂNICO, com sede na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 195/68, de autoria do Deputado ROBERTO GALVANI, que cria no Município de Formosa do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de Carajá, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Projeto de Lei N.º 195/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Formosa do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário do Carajá, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Principia num marco cravado na margem direita do Rio Verde, da estrada Mundo Novo, daí subindo por este rio na divisa com o Município de Assis Chateaubriand até a sua barra com o Rio Boi Picuá, daí subindo por este pela sua margem direita até o marco cravado na divisa da gleba 6 da Colônia Pindorama, divisando com os lotes 28, 27 e 26 da estrada Tupi, até um marco cravado na margem esquerda do Rio Jesuítas, descendo por este até a Barra do córrego Itacarambi, subindo por este até a sua cabeceira; daí por linha seca divisória dos lotes 9-D e 29 até a estrada Alvorada e subindo por esta até a estrada Pirapora, segue, a esquerda, pela mesma até a estrada Itacolomi, onde na divisa dos lotes 153 e 154 por linha seca desce pelo córrego Tico-Tico até a barra do córrego do Salto, descendo por este até o marco da estrada Mundo Novo e por esta até o marco inicial cravado à margem direita do Rio Verde.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1968.

(a) Roberto Galvani.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei Número 195/68

P A R E C E R

O Projeto de Lei 195/68, de autoria do ex-Deputado Roberto Galvani, visa criar no Município de Formosa do Oeste o Distrito Administrativo e Judiciário do Carajá, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Instruindo o processo se encontram certidões do órgão de estatística federal e cópia da Lei Municipal 41/73, que comprovam o preenchimento das exigências requeridas pelo Art. nono e seus ítems da Lei Complementar No. 2, de 18 de junho de 1973.

Nestas condições, e de acordo com o parecer No. 10 de 15 de outubro de 1975 da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, publicado no Diário Oficial 198 de 15/10/75, temos que o presente projeto de lei está em condições de ser apreciado por esta Casa, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos, visando suprimir a expressão “judiciário”, tendo-se em vista que a criação de Distrito Judiciário é de competência do Poder Judiciário.

Pelo exposto, o nosso parecer é favorável ao Projeto de lei 195/68, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL ANEXO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 195/68

P A R E C E R

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica criado no Município de Formosa do Oeste, o Distrito Administrativo do Carajá, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que seguem: —

“Começa na foz do córrego Juazeiro com o Rio Verde, início da Estrada Pirapora, seguindo por esta até encontrar o Ribeirão dos Padres, subindo por este pela sua margem esquerda até encontrar a divisa dos lotes 569 e 570, subindo por esta até alcançar a Estrada Marília, daí seguindo por esta até encontrar a Estrada Alvorada, seguindo por esta até as divisas dos lotes 9-A e 64-A, seguindo daí pela divisa dos lotes 9-D, 62, 62-A, 29, 28 e 27 alcançando aí a Estrada Figueira, por esta até alcançar o Rio Jesuítas, subindo por este pela sua

margem esquerda até encontrar a Estrada Tupi, linha divisória do Município de Formosa com Nova Aurora, por esta até alcançar o Rio Verde, finalmente por este pela sua margem direita até alcançar a foz do córrego Juazeiro ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente, Ezequias Losso, Relator.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com a palavra, para discutir, o Sr. Deputado Lúcio Machado. Antes porém, esta Presidência pede vênias ao eminente Deputado Lúcio Machado, apenas para informar aos Srs. Parlamentares que, apenas à Ordem do Dia distribuída em mãos dos Srs. Deputados, encontra-se, por determinação desta Presidência, a legislação pertinente à matéria consubstanciada na Lei Complementar e no Parecer do Ministério da Justiça. A Presidência, ao adotar esta providência pretendeu esclarecer os Srs. Deputados, da delicadeza que o problema encerra na sua tramitação.

Devolvo a palavra, descontados os minutos que lhe foram roubados, a V. Exa., Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, verificamos que na pauta de projeto de lei a serem submetidos à aprovação na sessão de hoje, diversos são os projetos que criam distritos administrativos nos mais diversos municípios de nosso Estado.

Data vênias, Sr. Presidente, devo fazer, nesta oportunidade, uma consideração que, se não justa, acho de direito.

Se este Parlamento fosse uma universidade e dela eu fosse um aluno, certamente pediria, dela, a demissão, porque vejo, em quase 2 anos e meio de mandato, e não pude compreender, não pude entender as exceções que aqui se fazem, inclusive, na observação dos pareceres e do julgamento das Comissões competentes.

Há mais de um ano, eu pedia aqui e revesti meu pedido de todas as formalidades exigidas pelas leis que regulam o fato, a criação de um distrito judiciário, ou melhor, administrativo de Indianópolis, no Município de Jardim Alegre.

Este meu projeto de lei, foi por mim suscitado diversas e diversas vezes e ele por mim foi examinado devido a sua falta de tramitação normal e, nesses exames constantes, verifiquei que ele está revestido de todo corpo para se transformar em lei.

Verifiquei, agora, Sr. Presidente, para meu susto, não só a pauta da Ordem do Dia mas, os projetos que na Mesa estão e que V. Exa. submete à aprovação deste Plenário, que os inúmeros projetos da mesma natureza, criando distritos administrativos nos diversos municípios do Paraná, de autoria de outros Deputados deste Poder, formalizados e revestidos de documentação idêntica ao meu projeto, que é idêntico a este e que faz um ano que se encontra na Casa, estão sendo submetidos à apreciação deste Parlamento.

Data vênias, Sr. Presidente, a não ser que os vossos esclarecimentos superem a minha dúvida, eu devo dizer que todo o meu trabalho parlamentar, responsabilidade de minha consciência e de meu mandato acima de tudo, não tem recebido, pelo menos, a tramitação para não dizer o apoio deste Poder.

Considero-me, porque sou um dos 54 representantes do Paraná neste Parlamento, aprovo todos estes projetos porque tenho certeza que eles vão resolver problemas de interesse comum de cada município deste Paraná.

Mas, me revoltou com acotrecimentos desta natureza — é um projeto de lei criando Município de Figueira, com desmembramento de Curiúva, que se encontra engavetado e sem nenhuma tramitação por parte de quem de direito, nesta Casa; é um projeto de lei, criando o distrito administrativo de Indianópolis, no Município de Jardim Alegre, que se encontra

sem qualquer tramitação nesta Casa; é um projeto de lei de interesse comum de uma região inteira, criando a Universidade do Norte Pioneiro, que se encontra sem nenhuma atenção das Comissões responsáveis pela tramitação dos trabalhos dos Srs. Deputados.

E são tantas outras matérias de nossa autoria que não pretendem e não têm intenções de satisfazer a nós mas, a fim de corresponder a nossa obrigação para com a região que representamos e outras regiões do Paraná que nos têm solicitado o trabalho parlamentar que ficam enterrados na penumbra da desconsciência do próprio Parlamento.

Deixo aqui, portanto, Sr. Presidente, em forma de requerimento, através da palavra que me é assegurada pelo nosso Regimento Interno, em forma de requerimento verbal o pedido de providências de V. Exa., que honra e que dignifica este Parlamento assumindo a Direção Executiva, portanto representando o coração da existência funcional desta Casa de representação do povo.

Deixo aqui o meu requerimento verbal, que todos os meus projetos em condições de tramitação sejam, em nome do povo que represento, colocados também na Pauta para a submissão da aprovação dos Srs. Deputados.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, acompanhei a reclamação que V. Exa. faz com referência ao projeto apresentado, sobre o Distrito Administrativo de Indianópolis, município de jardim América. Conheço Induanópolis, está na região que tenho a honra de representar e Indianópolis é uma Vila que necessita da criação do seu Distrito. Mas creio, nobre Deputado, que a mesma coisa está acontecendo com Iracema, no município de Nova Aurora. Também fiquei surpreso quando vi hoje a indicação aqui da criação do Distrito de Carajá, no município de Nova Aurora.

E não vi o pedido de criação do município de Iracema, e fui verificar o que estava acontecendo.

Na realidade o Distrito de Carajá já estava com toda a documentação, inclusive a certidão do IBGE.

E nos outros faltavam a certidão do IBGE, motivo porque não foi dado Parecer das Comissões.

Creio que com o de Indianópolis deve estar acontecendo a mesma coisa.

Embora com justiça, é uma necessidade, precisa ser criado e V. Exa. terá o nosso integral apoio na aprovação deste projeto criando o Distrito de Indianópolis.

Mas creio que deve estar acontecendo qualquer coisa e que não seja falha da Comissão.

Talvez seja a certidão do IBGE tenha criado o maior problema na complementação de sua documentação.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu que agradeço o oportuno aparte de V. Exa., que me leva a sustentar um direito de cada parlamentar, desta Casa.

Entendo que o Poder Legislativo encontra-se aparelhado e deve usar desse aparelhamento na movimentação da busca de documentos que a lei exija para que se complete a documentação de qualquer projeto de lei entregue pelos Srs. Deputados às suas Comissões.

É dever e que todos os Deputados devem saber, que existe um Departamento de Assistência Técnica, que existe aqui tantas quantas Comissões que exija para movimentação em busca dos documentos necessários para a posterior deliberação sobre os projetos de lei.

Se nós, os Deputados Estaduais, tivéssemos que sair em busca desses documentos para revestir os nossos projetos de lei da documentação exigida por lei, por outras leis maiores, certamente não teríamos condições de alcançar a aprovação de nenhum projeto de lei, principalmente projetos desta natu-

reza que são submissos a uma exigência das mais violentas nesta enxurrada de legislação e que tem ocorrido nestes últimos 13 anos.

Eu acho, nobre Deputado, e entendo que não cabe, e não é obrigação e não é dever do Deputado consultar o IBGE, para fazer com que o seu projeto alcance as condições de tramitação.

É dever sim, da Comissão Executiva, através dos recursos que estão à sua disposição, receber os projetos de lei que representam a vontade manifesta do Deputado, em atendimento ao interesse de alguma localidade do Estado.

E fazer com que este projeto de lei seja revestido das formalidades legais.

E aí está a minha até revolta pelo fato. Que existem projetos de lei de minha autoria que há quase dois anos que estão escondidos, engavetados e não tramitando nesta Casa.

Dando a impressão até de que há uma falta de vontade, uma contestação, um subterfúgio, feito às ocultas; enquanto aqui tem de ser feito tudo deverá ocorrer às descobertas.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não quero aqui fazer a defesa da Comissão Executiva ou da CCJ.

Mas, eu tive a oportunidade de acompanhar e organizar a documentação de um dos distritos que estou pedindo a criação.

Mas, é praticamente impossível à Comissão Executiva ou à CCJ., completar esta documentação.

Para V. Exa. ter uma idéia da egiência do IBGE.

O IBGE para fornecer uma certidão, exige que seja demarcada as divisas do distrito.

E quando a divisa do distrito pega parte de um núcleo — nécleo é o que foi dividido o município por ocasião do censo, em 1970; pega, por exemplo dois núcleos e meio, tem que desprezar uma parte do núcleo e pegar só a do restante.

Precisa levar o mapa no IBGE, ser feito este cálculo, depois um ofício que vai ao Rio de Janeiro, e volta a autorização para ser fornecida esta certidão.

Então, só mesmo o próprio município tem condições de providenciar este mapa e estes documentos.

Inclusive uma lei da Câmara Municipal que acompanha.

Por isso, sei que é difícil a documentação e que a Executiva não tem condições; nem a CCJ.

Nós que pertencemos à CCJ muitas vezes temos pedido que seja convertido em diligência, projetos para complementação.

Era este o aparte que queria oferecer a V. Exa. **O SR. LÚCIO MACHADO** — Muito obrigado.

Embora não me convença o esclarecimento de V. Exa. quando defende a Comissão Executiva, e apresenta os emaranhados que ocorrem para alcançar o atendimento do que determina a lei, eu devo reafirmar aqui que mesmo a Executiva revestida deste direito, devia dedicar mais atenção ao Deputado, ao receber o projeto de lei de sua apresentação, devolver ao Deputado antes de qualquer encaminhamento à qualquer comissão competente, alinhando os documentos e as fontes que deverão ser buscadas.

E o pior, o que verifico aqui como documentação da pauta de hoje, é o que realmente consta de meu projeto de lei e que faz mais um ano que foge à tramitação normal, justa e obrigatória deste Poder.

Muito obrigado. — (“Sem revisão do orador”)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sr. Deputado Lúcio Machado, a Presidência foi arguida e vai responder

a V. Exa. Inicialmente a Presidência deve informar: nenhum projeto de lei versando sobre o assunto, estava até ontem, em condições de ser incluído na Ordem do Dia para deliberação do Plenário. O Sr. Deputado Werner Wanderer, apresentou e teve a aprovação unânime do Plenário, requerimento em que requereu regime de urgência para os Projetos de Lei números 195/68, 169/74, 18/75, 79/75, 80/75, 81/85, 85/75, 135/75, 178/75, 79/76, 115/76 e 150/76.

Determinou a Presidência, tão logo aprovado o requerimento do Deputado Werner Wanderer, que os projetos, cumpridas as disposições regimentais e, em regime de urgência, sem a audiência das Comissões Técnicas indispensáveis, fossem imediatamente incluídos na Ordem do Dia.

E a Presidência, na sessão de ontem, anunciava para a presente sessão, todos os projetos em regime de urgência.

E indiscutivelmente, nenhum projeto de lei desta natureza, em condições de vir à Ordem do Dia, deixou de ser incluído pela Presidência.

Todavia, Deputado Lúcio Machado, o projeto de lei de V. Exa., que propõe a criação de Indianópolis, no Município de Jardim Alegre, sob número 130/75, encontra-se ainda na Comissão de Constituição e Justiça para receber parecer.

E há outra informação. A proposição de V. Exa. sob número 105/75, que cria o município de Figueira, desmembrado do Município de Curiúva, foi, ainda no exercício passado, arquivada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Veja V. Exa. que não há, da parte da Mesa, da parte da Presidência, nenhuma má vontade com V. Exa.

Se V. Exa. se dispuser a apresentar requerimento solicitando regime de urgência para o Projeto 130/75, na presente sessão, asseguro que o mesmo será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária deste Poder.

Outros projetos, eminente Deputado Lúcio Machado, que também tratam da criação de distritos administrativos e criam municípios, projetos até apresentados em 68 por alguém que nem é mais Deputado, foram incluídos.

A Presidência lamenta que V. Exa. tenha, mesmo de leve, pretendido ver na Presidência qualquer má vontade para com V. Exa.

O Departamento Legislativo tem que se louvar no Regimento Interno e só submete à Presidência projetos de lei em condições de serem anunciados para a sessão.

E diria mais. A Presidência tem de sua lavra, projetos retidos na Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo ocorrendo com projeto de autoria do Deputado Deni Schwartz, que cria distritos em nossa região, o qual é de nosso total interesse.

Mas, o dele e o meu não têm condições de vir a este plenário por falta de pareceres das Comissões Técnicas.

A Presidência promete a V. Exa. que, tão logo tenha o projeto condições de ser anunciado o será, para que o Plenário se pronuncie.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — É encaminhado à Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, no seguinte teor. (LÊ):
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 130/75.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977.

(a) Lúcio Machado."

Continua em discussão o Projeto de Lei número 195/68.

Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado, com Substitutivo geral.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 60/74, de autoria do

Deputado GILBERTO CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar. Parecer FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO GERAL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, com Substitutivo geral.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 60/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados no Município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1974.

(a) GILBERTO CARVALHO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 60/74

PARECER

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o Projeto de Lei número 60/74, visa criar no Município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar.

O processo se encontra instruído, e os requisitos exigidos pela Lei Complementar número 2 de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios — Art. 9.º, se acham satisfeitos.

Assim, de acordo com o Parecer número 10 de 15/10/75, aprovado pelo Ministério da Justiça, o Projeto de Lei número 60/74, está em condições de ter a sua tramitação normal por esta Casa.

Para determinar uma redação, mais adequada, apresentamos um Substitutivo Geral, no qual as divisas dos Distritos Administrativos que se pretende criar, estejam inseridas no seu bojo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

(aa) Accioly Neto, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 60/74

PARECER

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Ficam criados no Município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de GODOY MOREIRA, SANTA LUZIA DA ALVORADA e LUAR, com as seguintes divisas:

— DISTRITO ADMINISTRATIVO DE GODOY MOREIRA — Partindo do Rio Corumbataí, no local denominado linha seca, divisa do Município de São João do Ivaí com Jardim Alegre, segue por esta até encontrar o córrego Catabriga, daí em linha reta até a nascente do córrego do mangueirão, por este abaixo até o cruzamento da linha seca da Gleba Antônio Lunardelli com a Suíça e por esta abaixo até o rio Corumbataí e por esta acima até o ponto de partida.

II — DISTRITO ADMINISTRATIVO DE SANTA LUZIA DA ALVORADA — Partindo do Rio Corumbataí, no local denominado linha seca da Suíça, segue por esta até o Rio da Bulha, descendo por esta pela sua margem esquerda até alcançar o Bairro N. Sa. Aparecida, partindo daí novamente por uma linha seca até o Rio Corumbataí, na al-

tura da divisa esquerda do lote de terras número 20 (vinte) da Gleba Nova, subindo por este até o ponto de partida.

III — DISTRITO ADMINISTRATIVO DE LUAR — Partindo do Rio da Bulha, na altura do Bairro N. Sa. Aparecida, sobe por uma linha seca até a altura da divisa esquerda do lote de terras número 20 (vinte) da Gleba Nova, indo alcançar o Rio Corumbataí, descendo por este pela margem direita, até a desembocadura do Rio Ivaí, subindo por este até encontrar a desembocadura do Rio da Bulha, subindo por este pela margem direita até encontrar o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1974.

(a) ACCIOLY NETO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 169/74, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que cria no Município de Pitanga, o Distrito Administrativo de Poema, com sede e divisas que especifica, Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 169/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de POEMA, no Município de Pitanga, com as divisas seguintes: “iniciando nas nascentes do córrego Jacutinga, daí, por uma linha seca, até encontrar as cabeceiras do córrego do Tigre, deste até sua foz do Rio Muquillão; por este, rio acima, até encontrar a desembocadura do córrego Jacutinga, continua pelo mesmo até o ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1974,

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICAÇÃO:

O memorial anexo, subscrito pelo operoso Prefeito do Município de Pitanga, expõe com bastante felicidade e riqueza de dados, a reivindicação daquela Municipalidade, no sentido da criação do Distrito de Poema.

Os requisitos exigidos pela Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1963 (Lei Orgânica dos Municípios), no art. nono, estão plenamente satisfeitas, de modo a convencer o legislador da conveniência e oportunidade da criação do Distrito de Poema, no Município de Pitanga.

Por tais motivos, certamente esta proposta obterá o unânime apoio dos ilustres representantes da comunidade paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 169/74.

PARECER

De autoria do ilustre ex-Deputado JOÃO MANSUR, o presente projeto de lei visa criar o Distrito Administrativo de Poema no Município de Pitanga, com as divisas que especifica.

Da leitura da matéria se infere que os requisitos exigidos pela lei complementar estadual pertinente, ou seja a de número 02, de 18/06/73, foram plenamente atendidas, e tendo em vista que para a criação de distritos administrativos não é necessário obedecer o procedimento legislativo previsto no ato complementar número 46 — ver Parecer número 10/75 — M.G. 64527, D. Oficial da União número 198, de 15 de outubro de 1975, opino pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1.975.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NÚMERO 169/74

PARECER

De autoria do nobre Deputado João Mansur, objetiva o presente projeto de lei criar, no Município de Pitanga, o Distrito Administrativo de POEMA.

Os requisitos exigidos pelo artigo nono da Lei Complementar número 2, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), condição essencial para a criação de Distrito Administrativo, estão plenamente satisfeitos.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer favorável à matéria.

No âmbito desta Comissão, nada existe que possa obstar a tramitação normal deste plano de lei por esta Casa.

Sendo assim, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 18/75, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que cria no Município de Capanema, o Distrito Administrativo de Pinheiro, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 18/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o distrito administrativo de Pinheiro, no Município de Capanema, com as divisas assim discriminadas:

Tem como ponto inicial a Foz do Lajeado Grande no Rio Iguaçu, e desta o Lajeado Grande acima, até a barra do Lajeado Timbauva, no Lajeado Cedro, e o Lajeado Cedro acima até sua cabeceira, e da cabeceira deste em direção Nordeste, por linha seca com deflexões sucessivas, pelo limite com o Município de Planalto até a cabeceira do Arroio da Queda, e por este até sua barra no Rio Capanema, e pelo Rio Capanema abaixo até a barra do Lajeado Jacaré, e por este acima até sua cabeceira, e desta por linha seca reta até a cabeceira do Lajeado Tamanduá, e por esta abaixo até sua foz no Rio Iguaçu, e por este abaixo pela margem esquerda até a Foz do Lajeado Grande, ponto inicial.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1975.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

Será feita pelo autor do projeto em plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 18/75

PARECER

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei número 18/75, visa a criação do Distrito de Pinheiro, no Município de Capanema, com divisas que especifica.

O processo se acha devidamente documentado, estando preenchidas todas as exigências estabelecidas na Lei Orgânica do Município (Art. nono), Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1973.

Diante do exposto, e conforme o parecer número 10/75 do Ministério da Justiça de 14/10/75, publicado no Diário Oficial da União número 198, de 15/10/75, o projeto está em condições de ter a sua tramitação normal nesta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

(aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Ouro Verde do Piquiri, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 79/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Ouro Verde do Piquiri, com as seguintes delimitações:

NORTE: (Divisa com o município de Ubitatã) da barra do rio Melissa com o rio Piquiri, subindo este até encontrar a barra com o rio Dos Porcos ou Cachoeirinha.

LESTE: (Distrito de Anahy - divisa) da barra do rio Piquiri com o rio Dos Porcos, subindo as águas deste até alcançar a estrada Timburi e seguindo por esta até encontrar a BR-369.

SUL: (divisa com a sede do município) do entroncamento da estrada Timburi com a BR-369, seguindo por esta até alcançar a divisa do lote 35 com os lotes 40, 39, 38, 37 — todos da gleba número 03 e seguindo por ela até o rio Melissa.

OESTE: (divisa com os municípios de Cascavel e Nova Aurora) da divisa do lote 35 com o lote número 37 da gleba número 03, onde se encontra com o Rio Melissa, descendo por este até alcançar a barra com o rio Piquiri, ponto de partida do Norte.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, reafirmamos inicialmente que ele representa a vontade dos habitantes da região, visto ser lei municipal de número 10/74, aprovada pela Câmara Municipal de Corbélia. Prende-se portanto o plano de lei ora em questão, o de propiciar a afirmação desta Casa e dar condições administrativas para que o município de Corbélia possa, com seus distritos administrativos delimitados e legalizados, promover o progresso no município, que conta com mais de 60.000 habitantes distribuídos nestes distritos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 79/75

O presente Projeto de Lei número 79/75, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa criar, no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Ouro Verde do Piquiri, com divisas que especifica.

Analisando-se o processo, verifica-se que o mesmo se acha devidamente documentado e de acordo com a Lei Complementar número 02, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios, estão preenchidos os requisitos essenciais para a criação do distrito.

Nestas condições, e de acordo com o Parecer número 10 de 15/10/75, aprovado pelo Ministério da Justiça, o Projeto está em condições para ter a sua tramitação normal.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 80/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Iguatu, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 80/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Iguatu, com as seguintes delimitações:

NORTE: (divisa com o município de Ubitatã) da barra do Rio Sapucaí ou Rebouças com o rio Piquiri, subindo por esse até alcançar a barra do rio Tourinho.

LESTE: (divisa com o município de Guaraniaçu) da barra do Rio Piquiri com o Rio Tourinho, subindo suas águas até alcançar a divisa do lote 10 com o lote número 13 da gleba 10.

SUL: (divisa com o Distrito de Braganey) do rio onde divide com os lotes 10 e 13 da gleba número 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote número 11-A com o lote 12-B da gleba número 10 e seguindo por ela até o Rio Vêado, descendo este até a barra do Rio Novais, subindo o Rio Novais até a divisa da gleba 8 e 9 pelos lotes 85, 80, 81 e 82 da gleba número 9 com os lotes 25, 26 e 24 da gleba número 8, seguindo por ela até alcançar o Rio Sapucaí ou Rebouças.

OESTE: (divisa com a sede do município) e o Distrito de Anahy — da gleba 8 e 9, das divisas delas, onde se encontra o Rio Sapucaí ou Rebouças, descendo suas águas até alcançar a barra com o Rio Piquiri, ponto de partida do Norte.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, visamos somente dar um referendo à lei municipal que criou (lei número 10/74 de 23/05/74) confirmando assim a vontade dos seus habitantes e dando condições administrativas o que virá dar condições plenas, com a aprovação deste plano pelos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 80/75

O presente Projeto de Lei número 80/75, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa criar no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Iguatu, com divisas que especifica.

O processo está devidamente instruído, e de acordo com a documentação apresentada, estão preenchidos os requisitos exigidos pela Lei Complementar número 02, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios, Art. 9º.

Nestas condições, e de acordo com o Parecer número 10 de 15/10/75, aprovado pelo Ministério da Justiça, o projeto se encontra em condições de ter a sua tramitação normal nesta Casa.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 81/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Braganey, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 81/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Braganey, com as seguintes delimitações:

NORTE: (divisa com o Distrito de Iguatu) do Rio Tourinho, onde divide com os lotes 10 e 13 da gleba 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote 11-A (onze-A) com o 12-B (doze -B) da gleba 10 e seguindo por ela até o Rio Veado, descendo até a barra do rio Novais, subindo o rio Novais até a divisa das glebas 8 e 9 pelos lotes 85, 81 e 82 número 9, com os lotes 26, 25 e 24 da gleba número 8 até alcançar o rio Sapucaí ou Rebouças.

OESTE: (divisa com a sede do município) da divisa das glebas 8 e 9 pelos lotes 82 da gleba número 9 com o lote 24 da gleba número 8, que se encontra com o rio Sapucaí ou Rebouças, subindo suas águas até a barra do Rio Piquirizinho, subindo as águas deste até a barra do Rio Bonito, subindo o Rio Bonito até alcançar a divisa do município de Corbélia com o município de Cascavel.

SUL: (divisa com o município de Cascavel) do rio Bonito seguindo a divisa do município de Corbélia com o município de Cascavel, até alcançar o rio Tourinho.

LESTE: (divisa com o município de Guaraniaçu) do rio Tourinho, onde divide com o município de Cascavel, desce suas águas até alcançar a divisa do lote 10 e 13 da gleba número 10, ponto de partida do Norte.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, queremos dizer que, uma vez aprovado, a municipalidade de Corbélia obterá condições legais para o funcionamento do Distrito de Braganey, tendo em vista sua criação através da Lei Municipal número 10/74, de 23 de maio de 1974. Pretendemos reafirmar a vontade do povo que, por intermédio de seus representantes na Câmara Municipal de Corbélia, criou, inclusive com as delimitações acima expressa. É com esta intenção que apresentamos, e contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 81/75

O Projeto de Lei número 81/75, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, tem por objetivo, criar no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Braganey, com divisas que especifica.

Da análise do processo, temos a documentação que o acompanha, comprova estarem preenchidas as exigências legais, estabelecidas pelo Art. 9º da Lei Complementar número 02, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios.

Nestas condições, e de acordo com o Parecer número 10 de 15/10/75, aprovado pelo Ministério da Justiça, o projeto em tela, se encontra em condições de ter a sua tramitação normal.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 82/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — (Anexo o projeto de lei número

ro 118/75, do Deputado Werner Wanderer, tratando da mesma matéria). — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 82/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, cujos limites constam na documentação em anexo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação do presente plano de lei, visamos apenas referendar a vontade dos habitantes da região, uma vez que, através da Lei número 975/72, o Executivo Cascavelense criou o Distrito Administrativo de Rio do Salto. Com esta intenção que apresento e conto com a aprovação dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 82/75

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, objetiva o presente projeto de lei criar no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, cujos limites constam da documentação em anexo.

Efetivamente, a localidade acima aludida apresenta um surto de progresso bastante convincente, o que lhe proporciona condições de ser elevada à categoria de distrito.

Os documentos exigidos pelo artigo 9º da Lei Complementar número 02, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), estão preenchidos.

Nestas condições, obedecidas as normas estabelecidas pelo Parecer número 10/75, do Ministério da Justiça, publicado no Diário Oficial da União, número 198, de 15/10/75, somos pela aprovação do Projeto de lei em tela.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 85/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Anahy, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 85/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Anahy, cujos limites constam na documentação em anexo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, visamos apenas dar um referendo à Lei Municipal número 10/74, confirmando a vontade de seus habitantes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 85/75

O Projeto de Lei número 85/75, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa criar, no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Anahy.

O processo se acha instruído, e os requisitos exigidos pela

Lei Complementar número 02 de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios - Art. 9º, estão satisfeitos.

Assim, de acordo com o parecer número 10, de 15/10/75, aprovado pelo Ministério da Justiça, o projeto está em condições de ter a sua tramitação normal.

Para determinar uma redação mais adequada, apresentamos um Substitutivo Geral, no qual as divisas estejam inseridas em seu bojo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação, na forma do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 85/75

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 85/75

Art. 1º — Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Anahy, com as seguintes divisas:

NORTE: (divisa com o município de Ubitatã) Da barra do Rio dos Porcos ou Cachoeirinha com o Rio Piquiri, subindo por este até alcançar a barra com o Rio Piquiri, subindo por este até alcançar a barra com o Rio Sapucaí ou Rebouças.

LESTE: da barra do Rio Sapucaí ou Rebouças com o Rio Piquiri, subindo as águas do Rio Sapucaí até alcançar a estrada Rancho Alegre e Fazenda Caparaó, até encontrar a BR-369, seguindo por esta até a estrada Timburi.

OESTE: (divisa com o Distrito de Ouro Verde do Piquiri) da estrada Timburi até alcançar o Rio dos Porcos ou Cachoeirinha, ponto de partida do Norte.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 119/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Juvinópolis, cuja sede e divisas constam em Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 119/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de Juvinópolis, no município de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Juvinópolis no município de Cascavel, na progressista região do Oeste Paranaense, vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais acelerados. A crescente expansão de sua lavoura vem proporcionando novos horizontes à população local, criando um aumento vertiginoso em todos os setores, quer econômico, social e cultural. Baseado nesse crescimento, é que propomos a criação do Distrito Administrativo, o que possibilitará e trará maiores condições para que o Poder Executivo municipal possa acompanhar e fortalecer esse crescimento com solidez.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de Distritos Administrativos, estabelecidos pela Lei Complementar número 01, de 09/11/69, já se encontram providenciados e, serão encaminhados para anexação, no decorrer da tramitação do presente projeto, junto às Comissões Técnicas desta Casa.

Isto exposto, esperamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 119/75

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, objetiva o presente projeto de lei criar o Distrito Administrativo de Juvinópolis, no município de Cascavel, com as divisas constantes do Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel.

Efetivamente, a localidade acima aludida apresenta um surto de progresso bastante acentuado, o que lhe proporciona condições de ser elevada à categoria de distrito.

Os requisitos exigidos pelo artigo 9º da Lei Complementar número 02, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), estão preenchidos.

Nestas condições, obedecidas as normas estabelecidas pelo Parecer número 10/75, do Ministério da Justiça, publicado no Diário Oficial da União número 198, de 15/10/75, somos pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 137/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 145/75, com redação que especifica, demarca as divisas dos Distritos de Jacutinga, Alto Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, no município de Ivaiporã. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CTC., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 137/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — As linhas demarcatórias dos Distritos de Ivaiporã (sede), Jacutinga, Alto Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, passam a obedecer a seguinte redação:

1- JACUTINGA:

Inicia na margem esquerda da foz do Rio Formoso e pela margem esquerda do Rio Ivaí e daí até encontrar as divisas municipais entre Ivaiporã e Jardim Alegre, por esta divisa até encontrar o ribeirão Pindaúva, incluindo o povoado de Santa Cruz e daí pela margem direita do ribeirão citado, até a ponte da rodovia Ivaiporã-Jacutinga e daí até o patrimônio do Severiano, distrito da sede, para, em linha seca de rumo magnético, atingir a margem esquerda do Ribeirão Formoso e patrimônio de Formosinho, na divisa do Distrito de Ariranha e, por essa margem, rio abaixo até sua foz, ponto de partida, ficando os patrimônios Santa Luzia e Santa Bárbara a pertencer ao distrito da sede.

2 — ALTO PORÃ:

Inicia ao sul, na intercepção da linha seca divisória com o município de Manoel Ribas e a margem esquerda do Rio Azul, descendo por esta margem em direção à sede Municipal, até encontrar a linha seca tangente às divisas do Patrimônio Ouro Verde, distrito da sede, prosseguindo na mesma linha seca, atravessa a rodovia Ivaiporã-Alto Porã e no mesmo rumo magnético da linha seca tangente ao aludido patrimônio, até alcançar a margem direita do Rio Bulha; daí, margem direita e rio acima, até alcançar a linha seca divisora com o município de Manoel Ribas e por esta, fechando no ponto de partida, ficando o Patrimônio Pindaúvinha a pertencer ao distrito da sede.

3 — ARIRANHA:

Ao sul, com a linha divisora com o município de Manoel Ribas, partindo do ponto de intercepção com o Rio Azul e por ela até margem esquerda do Rio Ivaí e por esta margem rio abaixo até a foz e margem direita do Rio Formoso e, por esta margem, descendo, até encontrar a linha seca de rumo magnético tangente ao patrimônio Barraquinha, distrito da sede, subindo pela rodovia principal até a margem direita do Rio Azul, ponto de partida, confrontando-se com os Distritos de Alto Porã e da sede.

4 — ARAPUÃ:

Começa na cabeceira da ponte sobre o Rio da Bulha, à margem da estrada que liga Ivaiporã à sede do Distrito e, daí, pela margem esquerda da estrada referida, contornando e incluindo o patrimônio Arapuã, segue pela margem esquerda dessa estrada até a escola Júlio Twardowski, e daí em rumo norte, pela estrada da Água Fria e daí, pela margem direita, descendo até a linha seca que divide o Município de Jardim Alegre e por essa mesma linha, até a margem esquerda do Rio da Bulha, até o ponto de partida, ficando o Patrimônio Bentevi a pertencer ao distrito da sede.

5 – ROMEÓPOLIS:

Ao Norte: pelo levantamento da estrada de rodagem que liga o Patrimônio Alvorada a Bentevi, confrontando com as terras do município de Jardim Alegre; daí, segue por uma linha seca, confrontando com o patrimônio e distrito de Arapuã.

A Leste: pelo Rio da Bulha, confrontando com o Patrimônio Ouro Verde, João Guedes e Alto Porã, os dois últimos, digo, os dois primeiros do distrito da sede.

Ao Sul: pelo levantamento de uma linha divisora, com o município de Manoel Ribas.

A Sudoeste: pelo Rio Corumbataí, confronta com terras de Pitanga.

Art. 2º – A interpretação que ora se propõe, é em razão da melhor caracterização do Distrito de Romeópolis, no mapa geográfico do Município, pois a lei que o criou não menciona as respectivas divisas.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 137/75

A presente Proposição, oriunda do ofício número 1012/75, de 8 de agosto de 1975, da Prefeitura Municipal de Ivaiporã, submete à apreciação desta Assembléia Legislativa, cópia da Lei Municipal número 242/75, que dispõe sobre as divisas dos Distritos de Jacutinga, Alto Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, todos do município de Ivaiporã.

Pelo exame da matéria, nota-se que, na elaboração da citada Lei Municipal número 242/75, foi obedecido o que prescreve o parágrafo único do artigo 4º, da Lei Complementar número 02, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), segundo o qual, não se consideram modificações da divisão territorial os atos que interpretem linhas divisórias intermunicipais ou interdistritais necessários à sua melhor caracterização, à luz de documentação geográfica mais acurada, desde que não acarretem a transferência de uma cidade ou vila de sua jurisdição territorial.

Naquele ato da Prefeitura Municipal de Ivaiporã, se propõe a interpretação das linhas divisórias dos distritos acima aludidos, todos do Município de Ivaiporã, apenas para a sua melhor caracterização, não havendo modificação alguma na divisão territorial do Município de Ivaiporã.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação da proposição em tela, na forma do projeto de lei anexo.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei número 137/75

O Projeto de Lei número 137/75, ex-Proposição número 145/75, dispõe sobre as divisas dos Distritos de Jacutinga, Alto Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, todos do município de Ivaiporã.

No âmbito desta Comissão, entendo que o projeto está

em condições de ser aprovado, visto que não haverá modificação alguma na divisão territorial do município de Ivaiporã.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1975.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

JOÃO CIONI NETO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 160/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria os Distritos Administrativos de Entre Rios, Iguiporã, Novo Três Passos, São Roque e Novo Horizonte, no município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. – Em Regime de Urgência. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 160/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Ficam criados os Distritos Administrativos de Entre Rios, Iguiporã, Novo Três Passos, São Roque e Novo Horizonte, no município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas seguintes:

I – DISTRITO DE ENTRE RIOS: Começa no Rio Paraná, partindo sentido Norte-Sul, pelo Arroio Felicidade até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma linha sentido Oeste-Leste, até encontrar o Rio São Francisco, descendo por este sentido Leste-Oeste até encontrar o Rio Paraná, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste, até a barra do Arroio Felicidade, ponto de partida.

II – DISTRITO DE IGUIPORÃ: Partindo do Arroio Fundo, na Foz do Lageado Curvado e subindo pelo mesmo até a Foz do Lageado Santo Ângelo e sobe por este até a divisa dos lotes rurais números 42 e 43, 18º perímetro, Linha Curvado, segue a mesma até o travessão dos lotes rurais números 32 e 39, do perímetro 18º e lotes rurais números 64 e 65, do 23º perímetro e dos lotes rurais números 76 e 77 do 26º perímetro, seguindo pelo travessão dos lotes rurais números 76 e 77, subindo por este pelo travessão dos lotes rurais números 80 a 96 e 201, e Gleba "A", do 26º perímetro, continuando pela divisa do lote rural número 100 com a Gleba "A", do 26º perímetro, seguindo pelo travessão da Gleba "D", com os lotes rurais número 106, 107, 108 e 184, do 26º perímetro até alcançar o Lageado São Cristóvão, desce até a divisa dos lotes rurais números 27 e 28, do 24º perímetro, segue a mesma, continuando pela divisa dos lotes rurais número 13, 14, 10 e 12 e lote rural número 9, do mesmo perímetro, até o Lageado Apepu, continuando pela divisa dos lotes rurais números 5 e 6 do 26º perímetro até alcançar a estrada de rodagem que liga a Vila de Iguiporã à Vila de Porto Mendes, segue a mesma em direção à Vila de Iguiporã, até na divisa dos lotes rurais números 44 e 46, do 25º perímetro, segue esta e a divisa dos lotes rurais números 43 e 45 até a Sanga Bangu, atravessa a mesma na linha divisória dos lotes rurais números 36 e 35, do 25º perímetro, até atingir o Lageado Rio Branco, sobe por este até a foz da Sanga Caranichan, sobe por esta até a divisa dos lotes rurais números 50 e 51, do 22º perímetro, da Linha Arroio Fundo, segue pela mesma até a divisa dos lotes rurais números 47 e 51, continua pelo mesmo até a divisa dos lotes rurais números 46 e 54, segue até a Sanga Biriva, desce pela mesma até a sua foz no Arroio Fundo, sob este até a foz do Lageado Curvado, ponto de partida.

III – DISTRITO DE NOVO TRÊS PASSOS: Pela foz do Lageado Guavirá sobe até encontrar a Sanga Mambuça, que segue até sua nascente; por linha seca segue pela divisa do lote rural número 190 com as colônias números 221, 189 e 188 e esta com a 132; pelo travessão segue entre as colônias 143 e 142 com as colônias 133, 134 e 135; ainda em linha reta pelas divisas das colônias 140 e 141 até encontrar a Sanga Bonita, que segue até sua foz no Arroio Quatro Pontes,

o qual sobe até as divisas agora no 13º perímetro, dos lotes rurais números 154 e 151, 153 e 152, até encontrar a Sanga Crissuiumal; por esta segue até sua foz no Arroio Guaçu até encontrar a foz do Arroio Guavirá.

IV – DISTRITO DE SÃO ROQUE:

Partindo do Rio São Francisco, na foz da Sanga Perdida, sobe pela mesma até sua nascente, atravessa a divisa seca entre os lotes rurais números 90 e 91 do 35º perímetro, até encontrar a nascente da Sanga Urú, segue a mesma até o Lageado Barra Bonita, segue pelo mesmo até o Arroio Marreco, descendo pelo mesmo até o lote rural número 219, sobe por este até encontrar a Sanga Barreiro, segue por esta até encontrar a divisa do lote rural número 181 do 39º perímetro, descendo pelo mesmo até encontrar a divisa do lote rural número 175 do 39º perímetro, passando pelo travessão até encontrar a divisa do lote rural número 205, desce pelo travessão até o lote rural número 216, seguindo pelo travessão até encontrar a divisa do lote rural número 126, seguindo pelo mesmo até encontrar o Rio São Francisco, subindo por este até encontrar a foz da Sanga Perdida.

V – DISTRITO DE NOVO HORIZONTE: Partindo da Sanga Leopardo, passando pelos lotes rurais números 15 até 1, do 18º perímetro, Linha Lageado Guavirá, até encontrar a foz da Sanga Horizontina, seguindo pelo Lageado Guavirá até encontrar a foz da Sanga Mercedes, subindo esta até encontrar a foz da Sanga São Luiz, por esta subindo até encontrar os lotes rurais números 84, 85, 113, 114, 125, 126 e 127 do 18º perímetro, até atingir a Sanga S. S. Martim e subindo por esta até encontrar o lote rural número 135, subindo por este até encontrar a linha dos lotes rurais números 68 e 69, descendo pela mesma linha até a Sanga Belmonte, passando por esta, subindo a linha dos lotes rurais números 55 e 56 do 18º perímetro, passando a Sanga 7 de Setembro, subindo a linha dos lotes rurais números 9 e 10, continuando pela linha dos lotes rurais números 58 e 59 do 42º perímetro, até encontrar a Sanga São Luiz, passando pela mesma, subindo pelo travessão do lote rural número 96, tomando o travessão da Gleba "A", descendo pelo travessão do lote rural número 201, até encontrar o lote rural número 69, descendo pelo travessão deste até encontrar a Sanga Ruivo-Quê, subindo pelos lotes rurais números 32 e 39 até encontrar a linha dos lotes rurais números 42 e 43, descendo até a cabeceira da Sanga Santo-Ângelo, passando pela mesma até encontrar o travessão do lote rural número 25, subindo pelo mesmo até encontrar o lote rural número 8, descendo até encontrar o Lageado Curvado e por este subindo até encontrar a Sanga Leopardo, pondo de partida.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

(a) WERNER WANDERER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 160/75

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o presente Projeto de Lei número 160/75 visa criar os Distritos Administrativos de Entre Rios, Iguaporã, Novo Três Passos, São Roque e Novo Horizonte, no município de Marechal Cândido Rondon, com divisas que especifica.

Da análise do processo e da justificativa apresentada pelo seu autor, temos que estão cumpridas todas as exigências legais estabelecidas pela Lei Orgânica dos Municípios (Art. 9º – Lei Complementar número 02, de 18/06/73).

Queremos ressaltar e consignar o cuidado com que o autor do presente projeto de lei o instruiu, o que vem demonstrar o zelo e o seu interesse no trato e no preparo da norma legal.

Isto exposto, e tendo em vista o parecer número 10/75, aprovado pelo Ministério da Justiça e publicado no

Diário Oficial número 198, de 15 de outubro de 1975, temos a nos manifestar favoravelmente, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

FABIANO BRAGA CORTES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 178/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que cria o município de Missal, desmembrado dos municípios de Medianeira e Santa Helena, com sede e divisas que especifica. Parecer CONTRÁRIO da CCJ., por unanimidade. – Em Regime de Urgência. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 178/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica criado o município de Missal, desmembrado dos municípios de Medianeira e de Santa Helena, com as confrontações e limites seguintes e sede na localidade do mesmo nome:

AO NORTE COM O MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, começando na foz do arroio São João com o Rio São Vicente, sobe por este até a foz do arroio Sotelo, sobe por este, braço leste, até a sua nascente e por uma linha reta até alcançar a divisa norte da Gleba 2 (dois), quarta parte da Colônia Rio Quarto até atingir o Rio São Francisco Falso, braço sul;

AO LESTE COM O MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, sobe o Rio São Francisco Falso, braço sul, seguindo os atuais limites intermunicipais dos municípios de Matelândia e Medianeira, segue pelos referidos limites em sentido sul até alcançar a cabeceira do Rio Feijão Verde;

AO SUL COM O MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, começando na cabeceira do Rio Feijão Verde, desde por este até a sua foz no rio Ocuí, pelo qual desce até alcançar o arroio Cedro que é contra vertente do arroio São João;

AO OESTE COM O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, subindo pelo arroio Cedro até a sua nascente de onde por uma linha seca sentido norte alcança a nascente do arroio São João, braço sul, pelo qual desce até a sua foz no Rio São Vicente.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Missal do município de Medianeira, alcançou, face ao seu desenvolvimento econômico e social, condições para que seja elevado à categoria de município.

O levantamento das condições do atual Distrito atestam de sobejo a realidade desta afirmativa o seu elevado índice populacional, o funcionamento de indústrias, comércio, pecuária, lavoura, etc., assim como a existência de outras atividades quer públicas, quer privadas, como escolas, hospitais, etc (documentos comprobatórios anexos) o que lhe assegura plenamente o preenchimento das exigências a obter a sua emancipação político-administrativa.

Óbvio que em decorrência disto, maiores benefícios advirão àquela comunidade, ensejando um aceleração ainda maior ao seu pujante progresso, sem que com isto haja qualquer prejuízo aos municípios dos quais será desmembrado.

Assim, esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 178/75

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente

projeto de lei objetiva criar o município de Missal, desmembrado dos municípios de Medianeira e Santa Helena, com sede e divisas que especifica.

Do exame do processo, verifica-se que falta o requisito exigido pelo inciso IV do art. 2º da Lei Complementar número 01, de 09/11/67, o qual constitui elemento essencial para criação de município, pois refere-se à arrecadação de 5 milésimos da receita estadual de impostos.

Nestas condições, não pode este plano de lei ser encaminhado à apreciação do Senhor Presidente da República, e o nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre o referido projeto de lei, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, autor do projeto, solicitando sua retirada por 20 sessões. — Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO (Pela ordem). — Sr. Presidente, na forma da legislação pertinente, o Poder Legislativo Estadual não poderá deliberar sobre projeto de criação de município sem que antes disso haja prévia audiência de S. Exa. o Sr. Presidente da República.

Infelizmente, tal não ocorreu com o projeto de sua autoria. Razão pela qual me parece que tal requerimento seria absolutamente inócuo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece a lembrança de V. Exa. e o requerimento que pretende o adiamento, por 20 sessões, de sua discussão e votação, visa encaminhá-lo via Governo do Estado para audiência do Sr. Presidente da República, através do Ministério da Justiça.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 181/75, de autoria do Deputado Fabiano Braga Cortes, que cria no município de Goioerê, os Distritos Administrativos de Rancho Alegre D'Oeste e Bandeirantes do Oeste, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 181/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado no município de Goioerê, os Distritos Administrativos de Rancho Alegre D'Oeste e Bandeirantes do Oeste, com as seguintes divisas:

I — DISTRITO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE:

(Área de 172,00 km²) Começa no Rio Comissário, no ponto de encontro da divisa entre as Glebas 15 e 23, da Colônia Goioerê, de onde segue em sentido Norte, até alcançar o Rio Caracol, e por este acima até alcançar a linha da divisa entre as Glebas 15 e 13, de onde segue rumo Sul até atingir o Rio Barreiro, pelo qual sobe até alcançar a divisa intermunicipal entre Goioerê e Janiópolis, deste segue rumo Sul até alcançar o Rio Comissário, pelo qual desce até alcançar a linha de divisa entre as Glebas 15 e 23, da Colônia Goioerê, ponto de partida.

II — DISTRITO DE BANDEIRANTES D'OESTE

(Área de 123,31 km²) Começa na foz do Rio Água Bela, deste ponto sobe pelo referido rio até encontrar seu afluente de margem esquerda sem denominação, no ponto de divisa entre as Glebas número 16, 1ª parte e 12, 1ª parte, seguindo então por esse afluente até encontrar a divisora das Glebas que limita a Gleba número 16, 1ª parte e Gleba número 14, deste ponto segue por linha seca acompanhando a referida divisora com rumo NE 64º 30' SW e distância de 6.450,00 (seis mil quatrocentos e cinquenta) metros, até atingir outro ponto, deste ponto deflete à esquerda e segue por linha seca com o

rumo NE 04º 00' SW dividindo os lotes números 63, 50, 61-A e 62-A, até chegar encontrar o Arroio Barigui na distância de 3.900,00 (três mil e novecentos) metros, deste ponto segue pelo referido Arroio em direção a sua foz, até atingir o Rio Piquiri, deste ponto segue margeando o Rio Piquiri, até encontrar a Foz do Rio Água Bela, ponto inicial.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1975.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

O município de Goioerê, situado no Vale do Piquiri, é um dos municípios que vem apresentando um dos maiores desenvolvimentos, quer no campo econômico, quer no campo social dentro do nosso Estado. Consequência desse desenvolvimento, é a criação das condições, para que localidades, como as de Rancho Alegre D'Oeste e Bandeirantes D'Oeste, se apresentem e almejem a sua elevação à categoria de distrito.

De acordo com a documentação que apresentamos e anexamos ao presente projeto de lei, vemos que as condições essenciais, requerida pela legislação normalizadora da matéria estão preenchidas. No decorrer da sua tramitação, juntaremos a certidão requerida junto ao IBGE, (protocolo anexo), sobre os dados populacionais e de residências.

Isto exposto, temos a certeza de que o presente projeto de lei que ora apresentamos, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, o qual representa o anseio e as justas reivindicações da laboriosa e ordeira população daquelas localidades.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 181/75

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, visa criar no município de Goioerê, os Distritos Administrativos de Rancho Alegre D'Oeste e Bandeirantes do Oeste, com divisas que especifica.

Analisando-se o processo, temos que a documentação que o acompanha, comprova o preenchimento dos requisitos exigidos pelo Art. 9º da Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973 — Lei Orgânica dos Municípios.

Nestas condições, de acordo com o parecer número 10/75, aprovado pelo Ministério da Justiça e publicado no Diário Oficial da União número 198, de 15 de outubro de 1975, temos que o projeto se encontra em condições de ter a sua tramitação normal nesta Casa.

Isto exposto, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei número 181/75.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/76, de autoria dos Deputados Ivan Rüppel e Ernesto Gnoato, que dá novas divisas como especifica, ao município de Francisco Alves, criado pela Lei número 6314, de 14/08/72. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência.

PROJETO DE LEI NÚMERO 79/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O município de Francisco Alves, criado pela Lei número 6314, de 14 de agosto de 1972, constituído pelos Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito, passa a ter as seguintes divisas:

— Começa na foz do Rio das Antas no Rio Piquiri, entre os lotes de números 65 e 130, sobe por este, rumo Norte, até o ponto de seu cruzamento com o prolongamento da estrada Divisa Ibrahin, e por esta rumo ao Norte, até encontrar as cabe-

ceiras do Córrego da Divisa, descendo por este até sua foz com o Rio Xambrê, descendo por este, até sua foz no Rio Piquiri, subindo por este, até a foz do Rio das Antas, ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(aa) ERNESTO GNOATO

IVAN RUPPEL

JUSTIFICATIVA:

As divisas estabelecidas na Lei 6314, de 14 de agosto de 1972, que criou o município de Francisco Alves, constituído dos antigos distritos de Francisco Alves, e Rio Bonito, avançaram no existente Distrito de Cidade Oritê, portanto, irregularmente, não obedecendo a citada lei, e as divisas ora propostas vem sanar esta distorção, que coincidem com o perímetro que limitava os Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito, ficando, pois em consonância com os termos de lei que criou o novo município. Assim sendo, espero o apoio e aprovação de meus nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 79/76

O presente projeto de lei de autoria dos nobres Deputados Ivan Rüppel e Ernesto Gnoato, visa corrigir irregularidade havida nas limitações e divisas do município de Francisco Alves, pois as mesmas avançaram no existente Distrito de Cidade Oritê, portanto, irregularmente, não obedecendo a Lei número 6314, de 14/08/72, e as divisas propostas vêm sanar esta distorção, que coincidem com o perímetro que limitava os Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito, ficando pois em consonância com os termos da citada lei, que criou o novo município de Francisco Alves.

Assim sendo e por ser de justiça, oferecemos nosso parecer pela aprovação do plano de lei em estudo.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre o referido projeto de lei, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, no seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei número 79/76, por 30 (trinta) sessões.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1977".

— Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 115/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 389/76, criando no município de Umuarama, os Distritos Administrativos de Vila Alta e Roberto Silveira. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 115/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Ficam criados, no município de Umuarama, os distritos administrativos de:

I — VILA ALTA:

Com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

À partir da foz do Rio Veado no Rio Paraná, ao rumo projetado pelo primeiro, atravessando parcialmente o Rio Paraná e a Ilha Bandeirantes até a segunda secção do Rio Paraná; aí segue pela referida ilha, margeando o rio abaixo até a ponta da Ilha Bandeirantes; aí deflete à esquerda e alcança a Ilha Grande na

Sete Quedas; segue pela margem esquerda de quem desce o referido rio e a direita da referida ilha; rio abaixo até a projeção do rio Paracai; aí segue em linha seca até a foz desse rio no Rio Paraná; sobe pelo Rio Pacarai até a foz do córrego da Arara; por esse acima até a nascente e daí à margem direita da estrada Coronel; faixa de domínio da referida estrada em seu curso reto de aproximadamente 4,6 km e ao fim dessa reta, segue no mesmo rumo até ao Rio Veado e por esse abaixo até o ponto de partida dessa descrição.

ÁREA TOTAL — 90.583,30 ha.

II — ROBERTO SILVEIRA:

Com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

A partir do córrego da Arara com o Rio Pacarai; pelo córrego da Arara acima até a nascente no rumo da estrada Coronel; por essa no sentido norte, e deixando de defletir à esquerda, segue projeção da reta da referida estrada até ao Rio do Veado sobe por esse até a confluência do córrego Primavera; por esse acima até a nascente e pela reta projetada pelo curso do córrego até a estrada João Baraniuk até limitar com o município de Xambrê; por essa divisa, à direita até a nascente do Rio Paracai e por esse abaixo até o ponto inicial desta descrição.

ÁREA TOTAL — 32.400 ha.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) ACCIOLY NETO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 389/76

Originária da representação do Senhor Prefeito Municipal de Umuarama, (ofício número 282/76) a presente Proposição número 389/76, tem por finalidade solicitar, nos termos do Art. 9º, da Lei Complementar número 02/73 (Lei Orgânica dos Municípios) a criação dos Distritos Administrativos de Vila Alta e Roberto Silveira.

Anexo aos processos, se encontra documentação que comprova o preenchimento dos requisitos legais e essenciais previsto pela citada lei complementar, em consonância com a Legislação Federal reguladora da matéria.

Assim sendo, de acordo com o estabelecido no Parecer número 10/75 — da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, publicado no D.O. número 198, de 15 de outubro de 1975, a matéria está em condições de ter a sua tramitação legal nesta Casa.

Pelo exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela APROVAÇÃO, na forma do projeto de lei que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 150/76, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que cria no município de Londrina, o Distrito Administrativo de Maravilha, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 150/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Londrina, o Distrito Administrativo de Maravilha, com sede na localidade na Vila do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa na barra do Ribeirão Taquara, no Rio Tibagi, seguindo por este, abaixo até a barra do Ribeirão Apertados; por este acima até onde seu curso se aproxima do Ribeirão Ta-

quara, e desse ponto, com o rumo de 54° 30' NO, por uma linha seca e reta de 10.800 m; e desse ponto, onde o mencionado ribeirão é atravessado por uma ponte, por ele abaixo até o ponto de partida destes limites; ao Norte com o distrito da sede da comarca e o município de Assaí; ao Sul com o Distrito de Paiquerê; e a Oeste com os Distritos Judiciários de Irerê e Paiquerê”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

A inclusa documentação comprova plenamente o cumprimento das exigências contidas na Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), em seu Art. 3º, para a criação de Distritos Administrativos.

Verifica-se pois que atual Vila de Maravilha, do Distrito de Irerê, do município de Londrina, possui as condições necessárias e indispensáveis à sua elevação à categoria de distrito administrativo, com o que se estará fazendo justiça à sua população pelo extraordinário esforço que vem desenvolvendo para o seu progresso.

Nessas condições oferecemos à elevada consideração de nossos Pares o presente plano de lei, cuja documentação anexa diz por si só de sua conveniência.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 150/76

1 — O nobre Deputado Osvaldo Macedo com o presente projeto de lei objetiva a criação no município de Londrina, do Distrito Administrativo de Maravilha, com divisas que especifica.

2 — O presente plano de lei está de acordo com os requisitos estabelecidos no art. 9º da Lei Complementar número 02, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios); e,

3 — Sendo certo, que tanto a Lei Complementar número 01, de 09/11/67, bem como o Ato Complementar número 46 só se aplicam na criação de municípios, está o presente projeto em condições de receber a aprovação desta Comissão.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

CONSULTORIA JURÍDICA

Parecer número 10/75 MJ. 64.527/75

ANEXOS

Criação de Municípios. Incidências do A-C-46. Condições de aplicabilidade.

I

1 — O Ato Complementar número 46, de 07 de fevereiro de 1969, manteve a organização administrativa e judiciária dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, vigente a 31 de dezembro de 1968. Estabeleceu, outrossim, que toda modificação, na referida organização, dependeria de autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

2 — Posteriormente, foi gerada tendência de, na prática, se entender revogado o Ato Complementar número 46, quanto à criação de Municípios, pelo fato de a Emenda Constitucional número 01, de 17 de outubro de 1969, em seu artigo 14, haver remetido o problema para a edição de Lei Complementar, no caso já existente: Lei Complementar número 01, de 09 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.

3 — Tal entendimento, porém, não se conformaria com os interesses da Revolução, nem é passível de sustentação em face do Artigo 182 da Constituição.

4 — No entanto, nem esta Consultoria, nem qualquer ou-

tro órgão do Ministério está em condições de dizer da conveniência e interesse na criação de municípios, e menos sobre a alteração da organização judiciária dos Estados, restando apenas verificar o cumprimento, ou não, de requisitos previstos em lei federal. Ora, muita vez ocorre estar o fato consumado, com suas aplicações e efeitos políticos, além de nos parecer que a finalidade do Ato Complementar número 46 não consiste, apenas, na idéia de fiscalizar o cumprimento de formalidades.

5 — Assim, resta adotar o critério procedimental, com o fito de resolver os processos em trâmite neste Ministério, esclarecer os Estados e Municípios sobre o problema e, ainda, atender aos futuros reclamos, os quais se esperam em grande número, uma vez que o ano em curso, antecedente às eleições municipais, constitui a ocasião quadrienal para a criação de Municípios (c.f. art. 6º da Lei Complementar cit.).

6 — Para obviar tal solução, proponho que este parecer, se com ele estiver Vossa Excelência, constitua orientação normativa para o procedimento necessário na aplicação do citado Ato Complementar número 46, fixando-se, em termos práticos, a título emergencial, o alcance daquele diploma, apenas para desembaraçar o processo de criação de municípios.

7 — Isto posto, opino:

a) — considere-se, para efeito de aplicação do Ato Complementar número 46, apenas a criação de municípios, excluindo-se logo a alteração municipal quanto a distritos, mudanças de sede, estrutura administrativa interna, denominações etc.

b) — uma vez comprovado o preenchimento de todos os requisitos legais e antes de ser determinada a consulta plebiscitária à população da área, encaminhar-se-ia o processo de criação de município ao Ministério da Justiça.

c) — far-se-ia a remessa por intermédio dos governos estaduais para o efeito de se pronunciarem, quanto aos aspectos técnicos, o órgão estadual da assistência aos municípios e, obviamente, os respectivos Governadores, acerca da conveniência e interesse, uma vez que a apreciação da matéria pelo Presidente da República envolve indagações relacionadas com os objetivos revolucionários, que transcendem à simples verificação do cumprimento de exigências legais, as quais constituem mínimo indispensável;

d) — uma vez obtida e comunicada a aprovação presidencial, prosseguiria o processo de criação de município, mediante realização do plebiscito e a posterior aprovação do respectivo projeto pela Assembléia Legislativa e a sua conversão em lei pela sanção do Governador.

8 — No caso de estar Vossa Excelência de acordo com o procedimento acenado, para obtenção da autorização presidencial, conviria divulgar esta conclusão, visando ao conhecimento do seu teor pelos Governadores e Presidentes de Assembléias Legislativas Estaduais, para efeito de melhor coordenação e rapidez no andamento das proposições de criação de municípios.

É o que me cumpre propor à alta discrição de Vossa Excelência.

Sob censura.

Brasília, em 08 de outubro de 1975.

(a) RONALDO REBELLO DE BRITO POLETTI - Consultor Jurídico

Aprovo, Providencie o Gabinete, com urgência, as comunicações necessárias, em 14 de outubro de 1975.

(a) A. FALCÃO

INCIDÊNCIA DO ATO COMPLEMENTAR NÚMERO 46

(Objeções ao Parecer número 10/75, do Ministério da Justiça)

1 — Por despacho do Ministro da Justiça, foi convertido em normativo o Parecer 10/75, publicado no Diário Oficial da União, de 15 de outubro de 1975, que estabelece o alcance do

Ato Complementar número 46, de 7 de fevereiro de 1969, disciplinador das modificações na organização administrativa e judiciária dos Estados, seus municípios, e do Distrito Federal. O mesmo documento estatui determinado trâmite para os processos tendentes a colimar tais objetivos.

Uma análise cuidadosa dos termos do citado parecer, suscita inúmeras objeções, algumas delas capazes de lançar dúvida sobre a sua própria eficácia normativa.

A fim de por em relevo as mais significativas e de efeitos mais graves, convém usar o método da decomposição por aspectos, em vez de seguir a ordem dos itens adotados pelo Consultor Jurídico do Ministério da Justiça.

CARÊNCIA DE BASE JURÍDICA

2 — Neste aspecto pode-se resistir, sem reservas, aos seus efeitos regrantos. O parecer possui duas partes distintas: a primeira, onde apresenta a questão, e a segunda, em que dita o rito de procedimento.

Naquela, porém, não se encontra, como seria desejável, a mais leve sustentação jurídica dos indicadores procedimentais. Quando muito, se limita a noticiar que com o advento da Emenda número 01, de 1969, à Constituição Federal, "Foi gerada tendência de, na prática, entender-se revogado o Ato Complementar número 46, quanto à criação de Municípios". (item 2). Em seguida, assinala que esse entendimento não prosperou em face do disposto no art. 183, da referida Carta, o qual manteve a vigência do Ato Institucional número 05, de 13 de dezembro de 1968, e dos demais atos posteriormente baixados.

Equivale a dizer que, se alguma tendência foi gerada, o foi em flagrante desrespeito à letra expressa do destacado dispositivo constitucional, cuja singeleza não requer mais do que simples leitura e, tal fato, além de não configurar fundamento jurídico, é desprezível até como registro de ocorrência rotineiras.

Outro detalhe da primeira parte, diz respeito ao papel que se confere ao Ministério, no trato da matéria focalizada.

Admite-se aí (item 4) que a Pasta da Justiça não está em condições de opinar sobre a "conveniência e interesse" na criação de município, menos ainda sobre a alteração da organização judiciária.

Ora, em que pese a elogiável modéstia do Ministério da Justiça, o Ato Complementar número 46 não exige, nem expressa, nem implicitamente, a apreciação do mérito desse processo. Ao contrário, quando no art. 2º se confere ao Presidente da República a resolução final e irreversível, é evidente que somente a ele cabe apreciar a conveniência — conteúdo essencial da decisão política. Ao Ministério da Justiça, por sua própria natureza funcional, resta a função de aferidor dos requisitos formais do processo, em face da Lei Complementar número 01, de 1969.

Portanto, não há, também, nessa espontânea admissão de incompetência, nenhum suporte jurídico capaz de alicerçar as normas do item 7, sendo certo que um parecer jurídico, com efeito normativo, deve necessariamente repousar em razões de natureza estritamente jurídica.

EXCESSO DE AMPLITUDE DE CERTAS NORMAS

3 — É contestável a eficácia da norma que impõe diretrizes aos Estados, no sentido de lhes impor um procedimento diverso daquele estabelecido, por exemplo no "processo legislativo" adotado compulsoriamente do modelo da Carta Federal (inciso III, art. 13). Exemplifica-se: no item 7, letra "c", o parecer preconiza a intervenção extemporânea do Poder Executivo, na fase instrutória que a Lei Complementar número 01, de 1969, delegou ao Poder Legislativo, qual seja a de verificar se a documentação comprova a existência dos requisitos legais, ou de supri-la, na falta, através de requisição direta aos órgãos próprios.

Por essa orientação, o Governador do Estado deve pronunciar-se entre o encerramento da ordenação do processo pelo Legislativo e a correspondente remessa ao Ministério da Justiça, para os fins do Art. 2º, do Ato Complementar número 46. To-

davia, essa intervenção configura aberrante inconstitucionalidade, que deriva da invasão, por parte do Poder Executivo, da seara alheia, com o objetivo de decidir, quanto à forma e quanto ao mérito, em detrimento do órgão competente, no caso, o Poder Legislativo.

Com efeito, dispõe a Carta Magna, no parágrafo único, do art. 14 que a **organização municipal, a criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei**. Segundo os princípios regentes do processo legislativo, no modelo federal, hoje irresistivelmente paradigmático, a lei a que se refere o dispositivo acima sublinhado é ordinária, votada pelo Legislativo com a sanção do Governador. O parecer em foco inverte a ordem do processo e, ao destituir o Poder Legislativo da função que o Diploma Básico lhe assegura como própria, incorre, como se afirmou, em flagrante inconstitucionalidade. De outro lado, manifestação contrária do Governador poderá trancar em definitivo o andamento da matéria, legalmente situada dentro da alçada exclusiva do Poder Legislativo, sem que este, mesmo tendo opinado favoravelmente por suas Comissões Técnicas, possa restabelecer o curso do processo.

Excessiva, ainda, é a necessidade do pronunciamento, agora de caráter técnico, por parte da entidade estadual de assistência aos municípios (item c, número 7), como condição preparatória do encaminhamento do processo pelo "governo estadual" (sic), à instância superior.

A Lei Complementar número 01, de 1969, é bastante incisiva a respeito. Após indicar os requisitos, um por um, pelos seus parâmetros mínimos, bem como os órgãos credenciados a fornecer os respectivos comprovantes, no Art. 3º, estabelece com meridiana clareza, que as Assembléias Legislativas, uma vez atendidas as exigências expressas, determinarão a realização de plebiscito. À vista desse mandamento legal, nem mesmo as chamadas leis orgânicas dos municípios poderão instituir novos requisitos, exigências ou formalidades. Muito menos, portanto, um parecer destituído de qualquer suporte jurídico, como o que se examina nesta oportunidade.

SUBJETIVISMO NA ABRANGÊNCIA DA MATÉRIA SUJEITA AO AC-46

4 — No item 4, onde o parecer encaminhar a questão ou, para repetir o consagrado lugar-comum, "onde é equacionado o problema", alega-se que o Ministério só tem condições — dir-se-á com mais propriedade: competência legal — para apreciar os aspectos formais do processo. Como se esta evidência fosse uma premissa maior, segue o parecer, em forma de conclusão, afirmando que "Muita vez ocorre estar o fato consumado, com suas implicações e efeitos práticos, além de nos parecer que a finalidade do Ato Complementar número 46, não consiste apenas, na idéia de fiscalizar o cumprimento de formalidades" (item 4).

Há aqui duas proposições, bem distintas, a merecer comentários separados.

Na inicial, aceita-se o império do fato consumado contra o Ato Revolucionário e contra a Lei Complementar número 01, numa capitulação estranhável, tanto mais quanto se levar em conta que a aceitação procede do Ministério da Justiça. Ora, o fato consumado é a negação mais radical da ordem jurídica, sobretudo do direito escrito, como é o próprio da nossa tradição e cultura. O princípio da legalidade, e a segurança jurídica, que é seu corolário, caem por terra, fulminados pelo absolutismo do fato consumado!

Na seguinte, procura lobigar-se no Ato Complementar número 46 outras finalidades transcendentais à mesa fiscalização do cumprimento de requisitos. A afirmação teria algum sentido se, por ventura, viesse invertida, ou seja, de que o Ato Complementar número 46 inclui outros objetivos além do controle político das alterações dos quadros administrativos e judiciários dos Estados, Municípios e Distrito Federal, exatamente porque é essa a sua finalidade precípua, na qual praticamente se esgota.

Tanto é assim, que conferiu ao Presidente da República a decisão política, e ao Ministério da Justiça a aferição do processo com a lei, no âmbito da forma.

Por sobre a fragilidade das duas observações criticadas, deve ressaltar-se que elas prescindem de um mínimo de juridicidade para um juízo lógico, habilitado a sustentar um critério distintivo entre o que está e o que não está sob a eficácia do Ato Complementar número 46.

No entanto, apesar disso, arbitrariamente as alterações relativas a distritos, "estrutura Administrativa interna, denominações, etc" (sic), para manter apenas a criação de municípios (letra "a", item 7).

Com algum esforço e muito boa vontade, consegue-se perceber a causa real e eficiente da exclusão das alterações acima indicadas: a solução do problema administrativo-burocrático do Ministério, já bastante carregado de processos dessa espécie e com perspectivas de substancial aumento do seu número, em vista do corrente ano, por anteceder o das eleições municipais, ser a ocasião quadrienal para a criação de municípios (item 5).

Confirma-se a impressão, quando o parecer define a solução proposta como "emergencial".

Ainda uma vez, o normativismo do parecer carece de juridicidade. Porém, mesmo que viesse prenhe de bons argumentos, parece que a incidência da Lei e mesmo de Atos é matéria de competência do Poder Judiciário, ou de um Ato de natureza declaratória. Nesse caso, o parecer terá validade restrita aos limites da competência assinada pelo Ato ou Lei, no sentido de ordenar o trâmite procedimental, no perímetro administrativo do Ministério da Justiça.

CONTRADIÇÃO FATAL

5. O parecer assegura que o Ministério da Justiça não está instrumentado (nem poderia) para apreciar o mérito dos processos abrangidos pelo disposto no Ato Complementar número 46 (item 4).

Na letra "c", do item 7, reconhece ao Presidente da República a faculdade de decidir segundo os "objetivos revolucionários".

Seria de questionar-se: qual a diferença entre a decisão de "conveniência e interesse" do Governador, e a do Presidente da República, supra-referida? A de grau de poder fica anulada pela possibilidade de o Governador, julgando inconveniente a alteração pretendida, se sobrepor à autoridade máxima do Presidente da República, esta sim, nominada expressamente pelo Ato como a competente para essa apreciação, enquanto que a de natureza inexistente desde logo, em vista de se situarem em duas na esfera da política.

Muito bem, mas se a decisão do Presidente da República **"ENVOLVE INDAGAÇÕES RELACIONADAS COM OS OBJETIVOS REVOLUCIONÁRIOS"**, como poderá um simples parecer retirar da apreciação dessa autoridade qualquer modificação na organização (divisão) administrativa e judiciária dos Estados, Municípios e do Distrito Federal?

Do Distrito Federal. Certo, o Distrito Federal não é subdividido em municípios. Por que, então, vem ele expressamente mencionado no Ato No. 46 e os Territórios não?

A resposta é simples: o Ato Complementar No. 46, como regra, pretendeu imobilizar, não apenas o painel de municípios existente em 1968, mas impedir qualquer modificação na organização ou divisão administrativa e judiciária locais. Excepcionalmente, no entanto, de acordo com o Art. segundo, do Ato, essa alteração é possível. Mas, repita-se, como exceção.

Inegavelmente, a "ratio legis" encontra explicação nas conveniências revolucionárias, enraizadas no campo da política, que julgam necessária a manutenção de uma criteriosa estabilidade dos quadros administrativos e judiciários da Federação Brasileira, de cujas conveniências é o Presidente da República o intérprete supremo.

CONCLUSÃO

O parecer, face ao exposto, é inaceitável e deve ser reformado porque:

- I — Não possui base jurídica;
- II — Expede normas ineficazes, por transcenderem os limites de competência do Ministério da Justiça;
- III — Exclui, arbitrariamente, matérias abrangidas pelo Ato Complementar número 46;
- IV — Inclui autoridade e órgão com função opinativa, não credenciados pelo Ato Complementar número 46, ou pela Lei Complementar número 1, de 1.969;
- V — Põe em risco a atribuição do Presidente da República de decidir após a verificação dos aspectos formais do processo pelo Ministério da Justiça, sobra a Conveniência de **todas** as alterações na organização (divisão) administrativa e judiciária dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Curitiba, em 3 de novembro de 1975.

a) Reginaldo Franckin

Assistente Técnico.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Baggio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 130/75. — APROVADO.

A Presidência determina à Divisão da Ordem do Dia, do Departamento Legislativo, que inclua para a Ordem do Dia da sessão de amanhã, o Projeto de lei número 130/75, regimentalmente, em condições de ser incluído.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, encarecendo estudos no sentido de incluir o Município de Cascavel, no Programa de Combate à Erosão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja reconstruída, através do DER, a ponte sobre o rio Suruguá. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Escritório Regional da RFFSA, criticando e solicitando informações sobre a tomada de medidas para supressão de trens mistos no Norte Pioneiro do Estado. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações, tendo em vista a eminência de lesão irreparável à integridade física e dos Direitos Individuais. — Em discussão O SR. WERNER WANDERER ("Para discutir").

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, nos termos do Regimento, Artigo 150, fica adiada a discussão, para a próxima sessão.

O SR. ENÉAS FARAI — Pela Ordem Sr. Presidente, o requerimento do eminente Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB nesta Casa, pretende colher informações, através da Secretaria de Segurança do Estado, para um prazo de 48 horas, se conhecer a atitude que teria sido adotada por aquela Secretaria em relação a episódio ocorrido no dia de ontem.

Todavia, Sr. Presidente, e mesmo diante da gravidade da questão, V. Exa. aceita que siga o requerimento a sua tramitação regimental e, quando da solicitação de discussão, V. Exa. transfere, a discussão desta matéria, para a sessão de amanhã. De outra forma também, Sr. Presidente, mesmo esta Casa aprovando

o requerimento em cujo bojo se estabelecerá um período de 48 horas para a remessa das informações, parece-me também que incidiriam sobre o requerimento aprovado, as determinações regimentais e constitucionais, e que o Sr. Secretário de Segurança baseado nelas, poderia dilatar este prazo ao tempo que bem entendesse, até o limite que a lei estabelece.

A questão é de profunda gravidade; a questão, sobre ser lamentável, é até capaz de criar, como está criando, o ambiente que se verifica nesta Casa, como de resto, creio eu, em toda coletividade curitibana e paranaense.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo que fosse apenas um cidadão lesado em seus direitos, em circunstância qualquer, caso que aqui não se verifica porque mais de um o foi e, mais do que vários, teria sido uma comunidade inteira agredida, com sintomas até mesmo de alastramento a toda coletividade, é que desejo, Sr. Presidente, transformar na questão que formulo a V. Exa., este requerimento, em questão de ordem, para que colha V. Exa. junto às autoridades competentes, as informações contidas neste requerimento e, o faço, Sr. Presidente, fundamentado nos dispositivos da Constituição Federal que garantem direitos e liberdades.— (“Com revisão do orador”)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência deseja, antes de conceder a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Jurandir Messias, a Presidência desejava, tão somente, responder à questão de ordem e já concede a palavra a V. Exa.

Independentemente, se eu posso usar esta expressão, Sr. Deputado, da aprovação do requerimento por este Plenário, a Presidência já havia decidido encaminhar, desde que o Líder Luiz Roberto Soares assim o solicitou, fazer chegar a S. Exa. o Sr. Deputado Líder da ARENA, cópia xerocada desse requerimento, para que S. Exa. pudesse, embasado no que pretende o eminente Deputado Líder Trajano Bastos, providenciar, a partir deste fim de tarde, as informações aqui requeridas.

Regimentalmente, a Presidência não pode adotar outra providência, senão a da transferência da discussão desta matéria para a próxima sessão.

Todavia, valendo-se da disposição do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, faz chegar às mãos de S. Exa., cópia xerocada desse requerimento para que S. Exa. obtenha, como de dispôs a obter, as informações aqui solicitadas.

Concedo a palavra ao Sr. . .

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, todavia . . .

O SR. JURANDIR MESSIAS — Se V. Exa. me concede a palavra . . .

O SR. PRESIDENTE — Para questão de ordem, está com a palavra o Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas Sr. Presidente, para lembrar a V. Exa. que não decidiu a questão de ordem.
V. Exa. tangenciou, explicando à Casa.

O SR. PRESIDENTE — Então, a Presidência não entendeu V. Exa. V. Exa. deseja que informações?

O SR. ENÉAS FARIA — Desejo deixar, como questão de ordem, para que V. Exa., como Presidente da Casa, representando o Poder, fundamentado nos dispositivos constitucionais, procure os meios necessários para esclarecer à Assembléia Legislativa e à família paranaense, a respeito dos quesitos constantes do requerimento do eminente Deputado Trajano Bastos. Se entende V. Exa. que ao falar em requerimento a matéria estaria vencida, eu formularia, novamente, os quesitos aí constantes, o que resultaria em economia de tempo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência entendeu que V. Exa. desejava urgenciar as informações requeridas pelo eminente Deputado Trajano Bastos, e, para atender a pretensão do eminente Deputado requerente e o que em questão de ordem V. Exa. argüiu, determinou a Presidência chegasse às mãos do Deputado Luiz Roberto Soares cópia do presente requerimento, de vez que S. Exa. se dispôs a obter essas informações no prazo solicitado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, parece-me que se usa um expediente válido nesta Casa. O que não é válido é a apreensão, é a angústia porque se está passando. Parece-me que esta Casa, arrimada na Lei e na Constituição, fundamentada nos seus dispositivos tem condições, lhe são asseguradas, condições de colher estas informações. É um dos poderes do Estado. Pode perfeitamente, cabe-lhe recursos perfeitamente psts filigranar, Sr. Presidente. Esquecendo agora o requerimento que deverá seguir uma tramitação própria para correr a Casa como poder do Estado, como Poder Legislativo, como Instituição, colher junto à autoridade competente estas informações. Desejo que aqui venham a esta Casa, no prazo regimental das questões de ordem, parece-me em 24 horas, a resposta a estas indagações. E que venham em caráter oficial, e que venham timbradas pela responsabilidade de quem de direito.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência responde dizendo que não tem nenhuma objeção ao que levanta V. Exa. Nada obsta a que o Presidente deste Poder mantenha contacto com S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Segurança. Fa-lo-á ao término desta sessão. Todavia . . .

O SR. ENÉAS FARIA — Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Todavia não pode assegurar a V. Exa., que S. Exa. de pronto possa ter em mãos as informações solicitadas. Todavia a Presidência se compromete com V. Exa. e com o Plenário de manter este contacto ao término desta sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, evidentemente que jamais teríamos a intenção de fazer com que V. Exa. extraísse a qualquer custo estas informações. O que nós desejávamos é que V. Exa. procedesse a estas diligências. E amanhã, à hora prazada, V. Exa. ou traga as informações possíveis ou traga a resposta negativa desta autoridade.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Jurandir Messias, com as desculpas da Presidência por haver sobrestado a sua questão de ordem.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, que as palavras do Deputado Enéas sejam as nossas também. V. Exa., no diálogo que manteve com o eminente Deputado deixou bem claro a minha posição quanto ao requerimento do eminente Deputado Trajano Bastos, apresentado da tribuna, nesta tarde. Evidentemente, que o Deputado Líder da Arena, com assento nesta Casa, em aparte ao líder do MDB Brasileiro, solicitou do mesmo um prazo para que trouxesse a esta Casa as informações por ele pretendidas.

Sinto-me já satisfeito com as respostas e com este diálogo que V. Exa. manteve com o Deputado Enéas Faria. Só para situar, imediatamente após o término da presente sessão, procurarei também entrar em contacto com o Deputado Líder da ARENA, Luiz Roberto Soares, para que urgencie estas informações que nós também temos interesse. Não somos absolutamente contra o requerimento, mas entendemos que neste prazo de vinte e quatro horas, aproximadamente, já tenhamos, nesta Casa, a resposta ao requerimento do eminente Deputado Trajano Bastos. — (“Sem revisão do orador”).

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, manifestando a solidariedade desta Assembléia Legislativa à indicação do nome do Dr. Sílvio Romero Stadler de Souza, para Ministro Classista do Superior Tribunal do Trabalho, apresentada pelo Conselho Nacional do Trabalho.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votação nominal para o requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, contra a instituição do divórcio, que se pretende através da Emenda Constitucional, implantar no Brasil. REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo a todos os integrantes das bancadas do MDB e ARENA do Paraná, com assento na Câmara e Senado Federal, no sentido de liderarem a campanha cívica em defesa da integridade da família brasileira, contra a instituição do divórcio no Brasil.— APROVADO.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem. (FAZ SOAR A SIRENE).

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento nos seus lugares para que a Presidência possa colocar em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, queiram levantar-se (Pausa). 10 Srs. Deputados aprovam; 13 rejeitam.

Não há quorum para deliberações. Fica a matéria sobrestada para a próxima sessão.

Esta Presidência tem a informar ao Sr. Deputado Lúcio Machado, sobre a disposição regimental, quanto da inclusão de seu projeto de lei para a sessão de amanhã.

A Presidência informa ao Sr. Deputado Lúcio Machado, que se encontrando seu Projeto de Lei 130/75, objeto de regime de urgência, aprovado por este Plenário, nesta sessão, em fase de diligência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça, deixará de incluí-lo na próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 195/68, 60/74, 169/74, 18/75, 79/75, 80, 81, 82, 85, 119, 137, 160, 181/75, 115/76, 150/76.

Levanta-se a sessão.